



RELATÓRIO ANUAL 2016

ÍNDICE



01

INSTITUCIONAL

MENSAGEM DA DIRETORIA	03
POSSES DE NOVOS MEMBROS DOS CONSELHOS E DIRETORIA EXECUTIVA	05
GOVERNANÇA CORPORATIVA	05
MONITORAMENTO DE RISCOS	07
COMUNICAÇÃO	08
DISTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	10

02

GESTÃO DE PARTICIPANTES

PLANOS DE BENEFÍCIOS	10
----------------------	----

03

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	11
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SEGMENTO	14

04

GESTÃO DOS CONTÁBIL

DEMONSTRATIVO DO EQUILÍBRIO
TÉCNICO DOS PLANOS 25

BALANÇO PATRIMONIAL 26

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL 30

05

PARECERES

AUDITORES INDEPENDENTES 41

PARECER ATUARIAL 46

06

DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHOS 63



MENSAGEM DA DIRETORIA

O Relatório Anual de Informações de 2016 apresenta aos participantes e assistidos dos planos CELGPREV e ELETRA 1 importantes informações sobre a ELETRA e a gestão dos recursos dos Planos de Benefícios administrados pela entidade.

Este Relatório é de fundamental importância para a comunicação entre a ELETRA e seus participantes ativos e assistidos, sendo um documento de prestação de contas das aplicações e investimentos realizados, e ainda, dos principais atos administrativos, contábeis e financeiros praticados ao longo de 2016.

Desta forma, a ELETRA, mais uma vez, reforça os valores presentes no cumprimento de sua missão, quais sejam: “compromisso, confiança, ética, profissionalismo, responsabilidade social e transparência”, visando atender as necessidades de seus participantes, buscando sempre corresponder às suas expectativas e à realização de seus objetivos.

Estão evidenciados, neste documento, os principais resultados da gestão estratégica adotada pela Fundação quanto ao acompanhamento intensivo de seus investimentos, o que proporcionou, apesar da forte crise enfrentada pelo país, bons resultados em 2016, bem como a ampliação, de forma significativa, das ações de relacionamento com participantes e

assistidos. Com o intuito de manter sempre atualizados os canais de comunicação com os participantes, o portal da ELETRA (www.eletra.org.br) disponibilizou o simulador de benefícios, uma ferramenta simples e didática, que permite aos celgueanos descobrir qual o momento certo para ingressar no Plano Celgprev, e ainda, àqueles que já são participantes, fazer várias simulações e escolher o percentual de contribuição que melhor se adequa à realidade de cada um.

Mais uma vez, considerando os cenários previstos para este ano de 2017, grandes desafios se apresentam e as dificuldades nas economias interna e externa, imporão aos gestores dos fundos de pensão, neles incluída a ELETRA, todo cuidado e zelo, visando a segurança e confiabilidade na aplicação dos recursos de seus participantes e, também, auferir melhores ganhos e mitigar os riscos.

A ELETRA busca manter nas políticas de investimentos dos planos por ela administrados rigor e dinamismo, cumprindo a legislação específica vigente. Diante das incertezas e reforçando a cautela na aplicação dos recursos, o objetivo é ampliar, de forma comedida e segura, as alocações em renda variável e nos investimentos estruturados, especificamente os fundos multimercados, reduzindo as aplicações em papéis de renda fixa, atrelados a índices de inflação.



A ELETRA, preocupada em manter a lisura de seus procedimentos na concessão dos institutos aos quais os seus participantes têm direito, e ainda, em atendimento ao que determina o item 49, do Guia de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, emitido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, contratou a empresa Rodarte Nogueira para realizar uma auditoria na área de benefícios da entidade. Aquela empresa emitiu relatório final, para ambos os planos (ELETRA 1 e Celgprev), atestando a conformidade dos suplementos concedidos e em manutenção, em novembro de 2016, bem como dos resgates pagos, naquele ano, em relação às regras regulamentares aplicáveis.

A Fundação tem dado continuidade ao seu projeto de educação financeira e previdenciária, disponibilizando aos participantes o acesso gratuito a um portal com linguagem simples, acessível e de serviços diferenciados, o “Seu Futuro Vale Mais”.

Tendo em vista o compromisso e a responsabilidade de estar preparada para enfrentar possíveis turbulências, a ELETRA mantém constante monitoramento dos acontecimentos e cenários, utilizando as mais modernas ferramentas de gestão, para garantir um futuro digno e tranquilo a todos os seus participantes.

Agradecemos aos Patrocinadores, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, aos participantes dos planos de previdência e aos empregados da entidade que contribuíram para mais um ano de crescimento e realizações.

DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETRA

POSSES DE NOVOS MEMBROS DOS CONSELHOS E DIRETORIA EXECUTIVA

Por definição do Estatuto da Eletra, foi realizada em 16/12/2016, eleição para renovação de parte do quadro de membros dos colegiados da Fundação, tanto do Conselho Deliberativo quanto do Fiscal.

A atual Diretoria Executiva da Eletra foi reconduzida pelo Conselho Deliberativo da Fundação, em 15/03/2017, para um mandato de dois anos, a ser finalizado em 14/03/2019:

- Sr. Luiz Humberto Urzedo de Queiroz (Presidente);
- Sr. Wisley Silva Pimenta (Diretor Administrativo-Financeiro);
- Sr. Antonio Ribeiro Cardoso (Diretor de Benefícios).

Para o Conselho Deliberativo (mandato de 15/03/2017 a 14/03/2021) foram eleitos:

- Sr. Carlos Eduardo Ferreira de Freitas (titular);
- Sr. Antônio Márcio Oliveira Galvão (suplente).

Também foram reconduzidos pela Patrocinadora Celg Geração e Transmissão S/A - CELG GT, para o mandato de 15/03/2017 a 14/03/2021:

- Sr. Eduardo José dos Santos (titular);
- Sr. Daniel Augusto Ribeiro (suplente).

A Celg Distribuição S/A - CELG D apresentou suas indicações para o Conselho Deliberativo, ficando os seguintes conselheiros, no exercício do cargo com

mandato de 11/04/2017 a 14/03/2021:

- Sra. Thaís Costa Naves (titular);
- Sr. Eduardo Vito (suplente).

Para o Conselho Fiscal (mandato de 15/03/2017 a 14/03/2021) foram eleitos:

- Sr. Adriano Faria Garcia (titular);
- Sr. Ramon Ricardo Aureliano Dal Castel (suplente).

Da mesma forma, aquela Patrocinadora também apresentou suas indicações para o Conselho Fiscal, ficando os seguintes conselheiros, no exercício do cargo com mandato de 11/04/2017 a 14/03/2021:

- Sra. Roberta de Medeiros Silva (titular);
- Sra. Renata Cardoso de Mattos (suplente).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

RESULTADOS DAS AUDITORIAS

Acontece na Eletra, anualmente, auditoria interna realizada pelas Patrocinadoras (Celg Distribuição S/A - Celg D, Celg Geração e Transmissão - Celg GT), em cumprimento à determinação contida no artigo 25 da Lei Complementar n. 108/2001. A última auditoria realizada pela Celg Geração e Transmissão S/A - CELG GT foi iniciada em dezembro/2016, tendo sido emitido relatório anual por aquela Patrocinadora em 02/06/2017. Já a equipe interna de auditoria da Celg Distribuição S/A - CELG D finalizou auditoria realizada nesta Fundação, durante o exercício de 2016, emitindo, em 20/02/2017, relatório final, constatando não existir qualquer ponto divergente em relação aos procedimentos legais e de controles internos adotados pela entidade.

PATROCINADORA

No último dia 14/02/2017, o controle societário da Celg Distribuição S.A. - CELG D foi transferido da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras para a Enel Brasil S.A., sociedade privada.

Assim sendo, a partir desta data, a Celg Distribuição S.A. - CELG D, Sociedade por Ações, nos termos da Lei n. 6.404, de 15/12/1976, deixou de ser Sociedade de Economia Mista passando a ser Sociedade Privada.

Adicionalmente, a Companhia Celg de Participações - CELGPAR, desde 14 de fevereiro de 2017, encontra-se na condição de ex-acionista da Celg Distribuição S.A. - CELG D, bem como a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras passou para a condição de acionista minoritária dessa Patrocinadora e, a partir de 04/05/2017, também deixou de ser acionista da mesma.

Diante da nova configuração, ficou assim estabelecido o comando da CELG D, observada a indicação integral dos nomes da Diretoria pelo novo controlador, conforme eleição realizada e reproduzida na ata da 447ª Reunião do Conselho de Administração:

Diretor Presidente	Abel Alves Rochinha
Diretor de Mercado	Rodrigo Raposo da Câmara Machado
Diretor de Administração, Finanças e Controle	Nelson Ribas Visconti
Diretora Jurídica	Deborah Meirelles Rosa Brasil
Diretor de Recursos Humanos e Organização	Raimundo Câmara Filho
Diretor de Serviços	Roberto Nunes Fonseca Júnior
Diretor de Regulação	Emerson Caçador Rubim
Diretor de Infraestrutura e Redes	Carlos Omar Arriagada
Diretor de Compras	Giorgio de Champdoré

SISTEMA DA QUALIDADE

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Sempre em busca da eficiência primordial para o enfrentamento dos desafios estratégicos, visando a garantia da tranquilidade dos participantes - assistidos e patrocinadoras da Fundação, a Eletra é composta por órgãos estatutários, responsáveis pela administração, controle e fiscalização de todas as ações praticadas na entidade. Essa estrutura é composta por:

Conselho Deliberativo – órgão máximo da estrutura organizacional, ao qual cabe, precipuamente, a responsabilidade pela definição da política de administração da Eletra e de seus planos de benefícios.

Conselho Fiscal – órgão responsável pelo controle interno e fiscalização da gestão econômico-financeira da ELETRA.

Diretoria Executiva – órgão responsável pela administração da Eletra, ao qual cabe, precipuamente, executar a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo e cumprir as normas gerais, baixadas de acordo com o Estatuto. Responsável pela elaboração dos atos regulamentares a serem submetidos ao Conselho Deliberativo, quando for o caso, e também pelo controle e fiscalização das atividades dos diversos setores da Eletra, promovendo as medidas necessárias à fiel observância do Estatuto, dos demais atos regulamentares ou normativos internos, bem como da legislação pertinente em vigor.

Comitê de Investimentos - Órgão de análise e apoio aos demais colegiados, com a seguinte finalidade:

- orientar a Diretoria Executiva nas decisões sobre a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pela Eletra, observada a legislação, a política de investimentos da mesma e as disposições do seu regimento;

- propiciar maior transparência ao processo decisório concernente às aplicações financeiras da Eletra;

- obter melhor relação retorno/risco à gestão de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Eletra.

Em complemento dessa estrutura, a Eletra possui normas internas que norteiam suas atividades, além do Estatuto e dos Regulamentos dos Planos administrados pela mesma. Dispõe, também, de Código de Ética, Manual de Governança, Regimento Interno do Comitê de Investimentos, Normas de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Políticas de Investimentos, Política de Segurança da Informação - PSI e Plano de Carreira e Remuneração - PCR.

Destacamos que a Fundação, em 2016, manteve a meta definida pela Resolução n. 3792/09 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com relação à certificação de 100% dos administradores e participantes do processo decisório dos

investimentos da entidade, exceto para aqueles membros que tomaram posse durante o exercício e possuíam o prazo de 01 (um) ano, após sua nomeação, para a obtenção da referida certificação, ou ainda, aqueles que tomaram posse após a publicação da Resolução CNPC n. 19/2015, que estabelecia, igualmente, o prazo de 01 (um) ano para certificação após sua publicação.

MONITORAMENTO DE RISCOS

A ELETRA, no intuito de atender à legislação, mantém contrato com a Empresa ADITUS, a qual efetua, mensalmente, a avaliação de riscos de seus investimentos. Este trabalho abrange os diversos tipos de riscos aos quais os ativos da entidade estão sujeitos.

Além de contar com os serviços da Consultoria ADITUS, a Fundação ELETRA mantém contrato com a empresa Sênior Solutions para utilização do sistema DriveAMnet. O sistema é desenvolvido para controlar as atividades de Administração, Gestão, Controladoria e Custódia de Investimentos. A plataforma da DriveAMnet é referência de mercado e atua em clientes tais como *Asset Management*, Fundos de Pensão, Custodiantes, Investidores Individuais e Corporativos, Consultores Financeiros Independentes, Corretoras e Distribuidoras de Valores. Os benefícios para a Fundação ELETRA

com a utilização do referido sistema são:

- Auditoria do processamento no Custodiante, com batimento automático entre Drive e seu custodiante (utilizando XML ANBID 4.01);
- Relatórios Gerenciais, por Tipos de Ativos, Fluxo de Caixa, Rentabilidades (*Bechmark*, Por Carteira, Por Ativo, Pela TIR, etc.);
- Enquadramento *batch* de Norma de Gestão, Regulamento ou Legislação;
- Melhoria operacional, importando os arquivos que serão enviados para o Custodiante, reduzindo o dia-a-dia;
- Possibilidade de reprocessamento de datas históricas;
- Eliminação de controles manuais (planilhas);
- Possibilidade de consultas ao Banco de Dados.
- Diminuição dos custos operacionais, por meio da diminuição do retrabalho/digitação manual por meio de importação de arquivos, através da segregação/geração de informações para outros sistemas corporativos como setor contábil, financeiro e de risco;
- Flexibilidade de alteração da estrutura da Fundação. Por exemplo: estrutura atual dos planos, implantação

do perfil de investimento, etc;

- Informações pertencentes à Fundação, trazendo maior independência do custodiante, facilidade para troca de custodiante, obtenção de dados passados e auditoria do mesmo;
- Contabilidade integrada gerando os lançamentos dos investimentos automaticamente;
- Relatórios detalhados para auditoria. Inexistência de contabilizações geradas em duplicidade ou em contas erradas (Parametrização);
- Geração de informação/relatórios para Previc.

COMUNICAÇÃO AÇÕES DESENVOLVIDAS

A educação financeira e previdenciária, nas entidades fechadas de previdência complementar, sempre está entrelaçada à cultura financeira e previdenciária. Isso ocorre porque não há como desenvolver a cultura separada de um amplo projeto de educação, que seja informativo a todos os participantes e assistidos. Este processo começa na conscientização de cada participante acerca da inegável importância do planejamento financeiro na vida de todos, com o objetivo de fazer escolhas conscientes, ampliar seu entendimento sobre a utilidade da previdência complementar para garantir um futuro melhor e mais seguro.

Por recomendação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, a ELETRA mantém, desde 2012, o seu Projeto de Educação Financeira e Previdenciária, o Seu Futuro Vale Mais.

Desde o início desse programa, a ELETRA pretende demonstrar a todos os seus participantes e assistidos, bem como àqueles ainda não fizeram a adesão ao Plano Celgprev, administrado pela entidade, qual é a importância da previdência complementar. Por meio de uma relação de transparência e proximidade com o seu público, busca transmitir as informações básicas e essenciais aos mesmos, visando o entendimento desse tema tão abrangente.

Durante o exercício de 2016, a ELETRA continuou avançando em seu programa de educação aos participantes e assistidos, com a implantação do novo portal de educação financeira e providenciária (www.seufuturovalemMais.com.br) desenvolvido pela Engrenagem Virtual, que se apresenta mais moderno e eficiente para facilitar o acesso e a interação de todos com a Fundação. Nesse portal, passou a ser divulgado, quinzenalmente, um informativo eletrônico voltado para a educação financeira e providenciária. Além dessa publicação, a entidade continua divulgando os informativos semanais aos participantes e assistidos, mantendo as notícias da previdência complementar nacional atualizadas por meio do Giro de Notícias e as informações inerentes à

Fundação mais acessíveis aos mesmos por meio do EletraNews.

Em 2016, a ELETRA também levou palestras aos participantes do interior. Foram efetuadas viagens a Jataí, Rubiataba e Iporá, quando diretores e gerente da Fundação tiveram a oportunidade de passar aos presentes, informações importantes a respeito do Plano Celgprev, por ela administrado, e ainda, esclarecimentos aos empregados das patrocinadoras que ainda não fazem parte da Fundação. Já no início de 2017, a entidade também compareceu nas cidades de Luziânia, Formosa e Anápolis.

No exercício de 2016, foram intensificadas as reuniões com os participantes assistidos, em conjunto com a Associação dos Aposentados e Funcionários Antigos da Celg - AFACELG, parceira de longa data da ELETRA. Naquelas reuniões, foram proferidas palestras, realizadas homenagens, e também, prestadas informações e sanadas dúvidas por ventura existentes.

Em complemento, as campanhas que visam a conscientização dos participantes de que o caminho certo para a garantia de uma melhor complementação de aposentadoria futura é a formação da boa reserva de poupança, por meio de um maior percentual de contribuição.

GESTÃO DE PARTICIPANTES

PLANOS DE BENEFÍCIOS

Alteração do Estatuto

A Eletra não efetuou alterações em seu estatuto durante o exercício de 2016.

Alteração dos Regulamentos

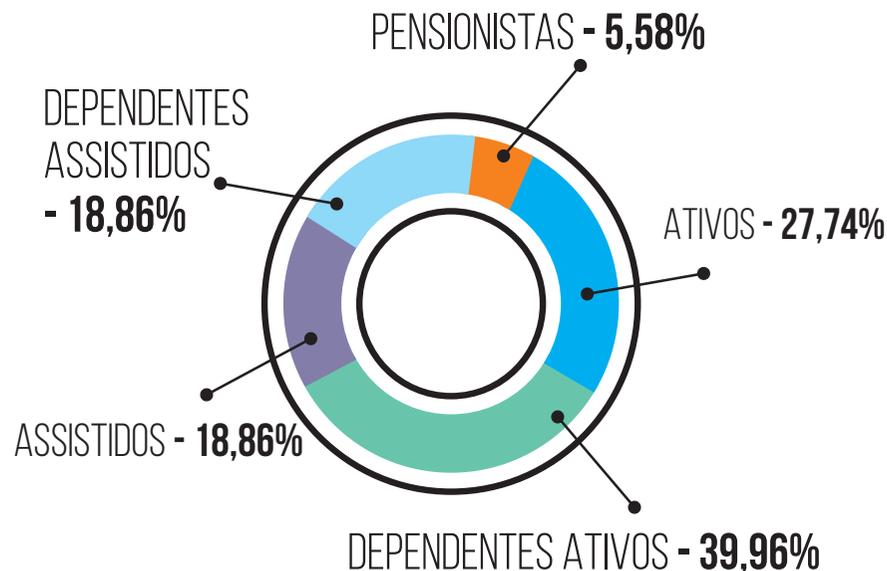
A Eletra não efetuou alterações nos regulamentos dos Planos de Benefício Definido (Eletra 1) e Contribuição Variável (Celgprev) durante o exercício de 2016.

Número de Participantes

Em 31/12/2016, o total de participantes da Eletra estava assim distribuído:

PARTICIPANTES	CELGPREV	ELETRA 1
Ativos	1.850	0
Autopatrocinados	06	0
Dependentes de Ativos	2.871	0
Assistidos	817	107
Dependentes de Assistidos	1.012	122
Pensionistas	380	21
POPULAÇÃO ABRANGIDA	6.936	250

DISTRIBUIÇÃO DAS VIDAS - CONSOLIDADO



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS DA ELETRA, POSICIONADOS EM 31/12/2016

ITENS	GESTÃO TERCEIRIZADA		GESTÃO PRÓPRIA	
	R\$	%	R\$	%
Disponível	-	-	144.096,04	0,05
Fundos de Renda Fixa	276.191.350,57	39,63	-	-
Fundos de Renda Variável	28.010.011,16	4,02	-	-
Fundos de Direitos Creditórios	25.148.151,56	3,61	-	-
Fundos de Empresas Emergentes	2.625.258,98	0,38	-	-
Fundos de Participação	35.860.043,84	5,15	-	-
Fundos Imobiliários	22.482.466,60	3,23	-	-
Fundos Multimercado Estruturados	9.026.853,11	1,30	-	-
Fundos de Investimentos no Exterior	728.719,17	0,10	-	-
CVS - Tesouro Nacional	-	-	1.890.463,16	0,27
NTN - B - Tesouro Nacional	-	-	199.432.193,23	28,62
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	35.964.902,82	5,16
Cert. Recebíveis Imobiliários	-	-	2.875.371,68	0,41
Debêntures não Conversíveis	-	-	19.294.772,39	2,77
Imóveis	-	-	6.221.124,62	0,89
Empréstimos a participantes	-	-	31.022.143,03	4,45
TOTAIS	400.072.854,99	57,41	296.845.066,97	42,59
TOTAL GERAL	696.917.921,96			

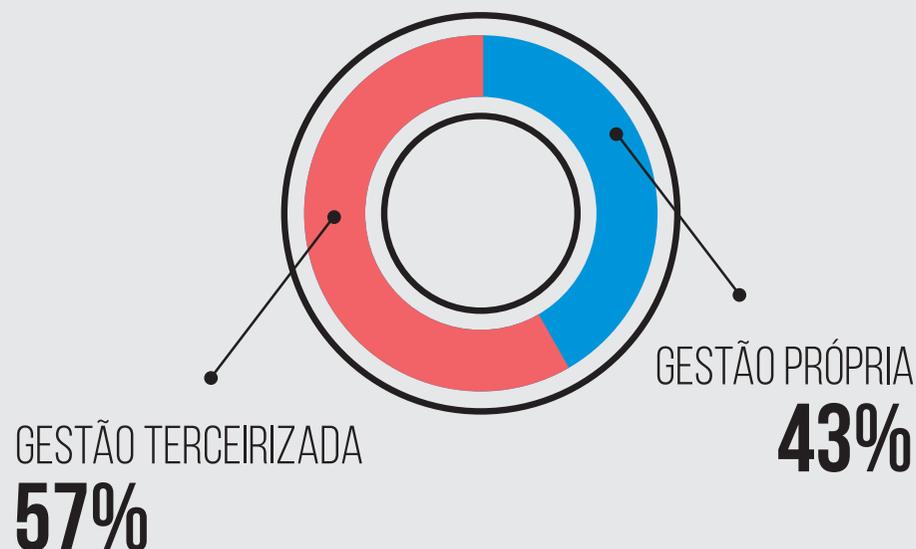
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A carteira de empréstimos a participantes fechou o exercício de 2016 com 1.323 (um mil, trezentos e vinte e três) contratos, perfazendo um montante emprestado superior a R\$ 31,5 MM (trinta e um milhões e quinhentos mil reais). Tais investimentos obtiveram, no período, uma rentabilidade de 15,60% (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento).

As taxas de juros praticados, dentre as menores do mercado, para a modalidade de pós-fixado, com prazo de até 120 (cento e vinte) parcelas é cobrada a variação do INPC-IBGE, mais juros de 0,5654% ao mês e, na modalidade pré-fixada, com prazo de até 60 (sessenta) parcelas, a taxa é de 1,00% (um por cento) ao mês.

Outros atrativos são, no caso dos empréstimos com pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas, o participante fica isento da taxa de seguro, e ainda, para qualquer modalidade de empréstimos, não há exigência de fiadores.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS



CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em linha com as expectativas, o PIB de 2016 registrou retração de 3,6%, vindo de queda de 3,8% em 2015, sendo o pior período de recessão em décadas. No ano, a Agropecuária caiu 6,6%, a Indústria - 3,8% e Serviços - 2,7%, com recuo de 10,2% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o Consumo das famílias caiu 4,2% e o Consumo do governo retraiu 0,6%. Quanto ao desempenho do PIB no 4T16 houve queda de -0,9% frente ao trimestre imediatamente anterior (3T16), que registrou -0,7%, sendo o oitavo trimestre seguido de retração. Na análise setorial (da oferta), as quedas foram de -0,8% em Serviços e -0,7% na Indústria, enquanto a Agropecuária expandiu 1%.

No geral, a economia retraiu mais de -7% no biênio 2015/2016, com inflação acumulada de 17,6% no período. Para 2017 acreditamos em um crescimento baixo, em torno de 0,4%, com retomada mais significativa no segundo semestre. No entanto, existe a urgente necessidade da aprovação no Congresso das prometidas reformas e o avanço nas medidas fiscais, em sinergia com a política monetária, que vem reduzindo a taxa básica de juros (Selic), favorecendo o aumento do nível de atividade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNA D c ontínua do IB GE, registrou taxa de desocupação de 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 12,6% no trimestre até janeiro, crescendo 1,3 p.p. contra o trimestre até novembro (11,9%). A população desocupada chegou a 13,5 milhões, recorde da série histórica, crescendo 11,7% contra o trimestre anterior (de setembro a novembro) e avançou 30,6% contra igual trimestre do ano anterior, com um aumento de mais de 3,2 milhões de pessoas desocupadas. A população ocupada (89,3 milhões) caiu 1% contra o trimestre anterior e recuou 1,9% contra o trimestre até fevereiro/2016. O número de empregados com carteira assinada (33,7 milhões) também registrou queda sobre o trimestre anterior -1% e o mesmo período de 2016 -3,3%. Já o rendimento médio real habitual (R\$ 2.068) ficou estável sobre o trimestre anterior e em relação a igual trimestre de 2016. O mercado de trabalho poderá melhorar através do avanço nas reformas em discussão no Congresso, bem como a contínua adoção da política monetária mais flexível, diante da baixa taxa de inflação.

Iniciamos 2017 com perspectivas melhores para a economia brasileira, destacando a aceleração do ciclo de redução de taxas de juros, índices de inflação abaixo do teto, primeiros sinais de redução gradual do endividamento das famílias e estabilidade da taxa de desemprego, além de medidas para reduzir o custo dos empréstimos e estimular consumo. Tudo isso ocorreu num ambiente político mais controlado, portanto, favorável para aprovação da reforma da Previdência.

Acreditamos que ainda será um ano de grandes desafios e obstáculos em todos os campos, com novos desdobramentos da Operação Lava-Jato e taxas de desemprego e inadimplência ainda elevadas e ociosidade nas grandes empresas, podendo tornar a recuperação mais lenta que a esperada.

A complexidade do cenário econômico mundial ganhou contornos mais abrangentes diante dos desafios do âmbito político. No ano passado, resultados eleitorais que contrariaram pesquisas de opinião tornaram a dimensão política e econômica menos previsível que o usual. Em muitos países, a insatisfação com a lenta expansão dos níveis de renda, entre outros fatores, vem se traduzindo em eleições que apoiam retóricas mais voltadas à defesa dos mercados internos. Na Inglaterra, um plebiscito tirou o país da União Europeia, os EUA elegeram Donald Trump e em diversos países europeus as pesquisas eleitorais apontam um bom desempenho de partidos críticos

do mercado comum. Dessa forma, a orientação de política econômica terá influência acima da usual para as variáveis macroeconômicas.

Para o resto do mundo, as consequências da nova política econômica nos EUA parecem ser majoritariamente negativas. Apesar da possível maior expansão do PIB, ao menos inicialmente, os países emergentes sofrerão os efeitos desfavoráveis de uma maior elevação da curva de juros norte-americana e, principalmente, dos riscos de aumento dos conflitos comerciais. Na Europa, a recuperação da atividade tem sido razoavelmente favorável, com perspectiva de expansão do PIB ao redor de 2% em 2017.

A aparente estabilidade da atividade na China nos últimos trimestres parece subestimar os riscos presentes no país. Tem havido reiterada utilização de instrumentos fiscais e de crédito para manter o ritmo de crescimento ao redor de 6,5%, que configura uma política insustentável a médio prazo. Ao longo do ano, a ausência de novos estímulos deverá ser refletida em uma desaceleração do setor imobiliário.

Apesar do cenário internacional um pouco mais adverso do que na média do ano passado avaliamos que os fatores domésticos serão dominantes para o comportamento da economia brasileira. A reversão da recessão se coloca como a principal questão para o presente ano. Entendemos que a recuperação da atividade se materializará quanto maior for o progresso na superação dos desequilíbrios

macroeconômicos. Não poderemos contar com o impulso externo ou advindo do ciclo de *commodities* observado no passado. Da mesma forma, não há fatores específicos internos suficientes para representar um impulso significativo para o PIB.

Entretanto, o problema atual não é de baixo crescimento, mas de contração da atividade. Essa é uma situação excepcional, que decorre de restrições e desequilíbrios macroeconômicos. Portanto, mais importante do que olhar para as possíveis fontes de impulso é necessário avaliar se as restrições econômicas estão sendo removidas.

Em suma, nosso cenário para 2017 é construtivo sobre a hipótese de manutenção do ajuste fiscal e acreditamos ser possível colher os benefícios dos ajustes econômicos promovidos em 2016, notadamente a queda da inflação. Além disso, a solidez das contas externas é uma forte linha de defesa contra as possíveis turbulências no ambiente internacional. Para o médio prazo, a manutenção da agenda de reformas é fundamental para a recuperação sustentável do crescimento.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR SEGMENTO – 31/12/2016

CARTEIRAS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL, ESTRUTURADOS, IMÓVEIS E EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES.

PLANOS CONSOLIDADOS				
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	VALOR R\$	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
		% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA INVEST. ELETRA	RES. CMN 3.792/09
DISPONÍVEL	144.096,04	0,02		
RENDA FIXA	560.797.205,41	80,47	0% a 90%	0% a 100%
Títulos Públicos	201.322.656,39	28,89	0% a 90%	0% a 100%
Títulos Privados	58.135.046,89	8,34	0% a 70%	0% a 80%
Fundos Renda Fixa	276.191.350,57	39,63	0% a 80%	0% a 80%
Fundos Direitos Creditórios	25.148.151,56	3,61	0% a 20%	0% a 20%
RENDA VARIÁVEL	28.010.011,16	4,02	0% a 25%	0% a 70%
Fundos Renda Variável	28.010.011,16	4,02	0% a 25%	0% a 35%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	69.994.622,53	10,04	0% a 20%	0% a 20%
Fundo Imobiliário	22.482.466,60	3,23	0% a 10%	0% a 10%
Fundo Empresas Emergentes	2.625.258,98	0,38	0% a 20%	0% a 20%
Fundo Participação	35.860.043,84	5,15	0% a 20%	0% a 20%
Fundo Multimercado	9.026.853,11	1,30	0% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	728.719,17	0,10	0% a 10%	0% a 10%
Fundos	728.719,17	0,10	0% a 10%	0% a 10%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	6.221.124,62	0,89	0,5% a 2%	0% a 8%
Imóveis	6.221.124,62	0,89	0,5% a 2%	0% a 8%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31.022.143,03	4,45	1% a 15%	0% a 15%
Empréstimos	31.022.143,03	4,45	1% a 15%	0% a 15%
TOTAL	696.917.921,96	100,00		

PLANO CELGPREV

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	VALOR R\$	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
		% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA INVEST. ELETRA	RES. CMN 3.792/09
DISPONÍVEL	77.736,19	0,01		
RENDA FIXA	495.018.546,19	79,36	33% a 90%	0% a 100%
Títulos Públicos	180.570.416,47	28,95	0% a 90%	0% a 100%
Títulos Privados	56.120.335,21	9,00	0% a 70%	0% a 80%
Fundos Renda Fixa	237.029046,17	38,00	0% a 80%	0% a 80%
Fundos Direitos Creditórios	21.298.748,34	3,41	0% a 20%	0% a 20%
RENDA VARIÁVEL	26.934.982,18	4,32	5% a 25%	0% a 70%
Fundos Renda Variável	26.934.982,18	4,32	5% a 25%	0% a 35%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	64.943.720,06	10,41	10% a 20%	0% a 20%
Fundo Imobiliário	19.434.616,54	3,12	0% a 10%	0% a 10%
Fundo Empresas Emergentes	2.625.258,98	0,42	0% a 20%	0% a 20%
Fundo Participação	33.856.991,43	5,43	0% a 20%	0% a 20%
Fundo Multimercado	9.026.853,11	1,45	0% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	78.719,17	0,12	0% a 10%	0% a 10%
Fundos	728.719,17	0,12	0% a 10%	0% a 10%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	6.221.124,62	1,00	0,5% a 1,5%	0% a 8%
Imóveis	6.221.124,62	100	0,5% a 1,5%	0% a 8%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29.857.570,11	4,79	5% a 15%	0% a 15%
Empréstimos a participantes	29.857.570,11	4,79	5% a 15%	0% a 15%
TOTAL	623.782.398,52	100,00		

PLANO ELETRA 1				
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	VALOR R\$	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
		% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA INVEST. ELETRA	RES. CMN 3.792/09
DISPONÍVEL	53.293,54	0,08		
RENDA FIXA	61.600.422,44	89,35	59% a 90%	0% a 100%
Títulos Públicos	20.752.239,92	30,10	59% a 90%	0% a 100%
Títulos Privados	2.014.711,68	2,92	0% a 60%	0% a 80%
Fundos Renda Fixa	34.984.067,62	50,74	0% a 80%	0% a 80%
Fundos Direitos Creditórios	3.849.403,22	5,58	0% a 20%	0% a 20%
RENDA VARIÁVEL	1.075.028,98	1,56	0% a 15%	0% a 70%
Fundos Renda Variável	1.075.028,98	1,56	0% a 15%	0% a 35%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	5.050.902,47	7,33	4% a 20%	0% a 20%
Fundo Imobiliário	3.047.850,06	4,42	4% a 10%	0% a 10%
Fundo Participação	2.003.052,41	2,91	4% a 20%	0% a 20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.164.572,92	1,69	1% a 5%	0% a 15%
Empréstimos a participantes	1.164.572,92	1,69	1% a 5%	0% a 15%
TOTAL	68.944.220,35	100,00		

PLANO PGA				
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	VALOR R\$	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
		% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA INVEST. ELETRA	RES. CMN 3.792/09
DISPONÍVEL	13.066,31	0,31		
RENDA FIXA	4.178.236,78	99,69	0% a 100%	0% a 100%
Fundos Renda Fixa	4.178.236,78	99,69	0% a 100%	0% a 100%
TOTAL	4.191.303,09	100,00		

QUADRO COMPARATIVO DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANOS DE BENEFÍCIOS	ANUAL				
	2012	2013	2014	2015	2016
ELETRA CONSOLIDADO	17,25%	2,91%	11,35%	10,09%	10,53%
ELETRA CV	17,68%	2,57%	11,23%	9,71%	10,66%
ELETRA BD	14,11%	5,55%	11,96%	9,87%	9,20%
MÉDIA/MERCADO (*)	15,37%	3,28%	7,07%	5,22%	14,56%
TMA	12,30%	11,63%	12,34%	17,50%	12,59%

(*) Estudo Abrapp

PLANOS DE BENEFÍCIOS	ACUMULADO PERÍODO				
	2012	2013	2014	2015	2016
ELETRA CONSOLIDADO	17,25%	20,66%	34,36%	47,91%	63,49%
ELETRA CV	17,68%	20,70%	34,26%	47,30%	63,00%
ELETRA BD	14,11%	20,44%	34,85%	48,16%	61,79%
MÉDIA/MERCADO (*)	15,37%	19,15%	27,58%	34,24%	53,78%
TMA	12,30%	25,36%	40,83%	65,48%	86,31%

(*) Estudo Abrapp

RENTABILIDADES DOS INVESTIMENTOS - ÍNDICES ANUAIS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS – POR SEGMENTO

PLANOS CONSOLIDADOS					
SEGMENTO	2012	2013	2014	2015	2016
Renda Fixa	20,22%	(1,29%)	14,88%	12,62%	12,54%
Renda Variável	7,06%	(1,01%)	(4,41%)	(11,83%)	10,68%
Investimentos Estruturados	14,63%	2,04%	5,53%	(4,30%)	(5,99%)
Investimentos no Exterior	0,00%	10,51%	22,14%	46,47%	(10,04%)
Imóveis	10,63%	10,60%	80,85%	8,70%	8,77%
Empréstimos	16,70%	15,05%	16,78%	15,60%	15,45%

PLANO CELGPREV

SEGMENTO	2012	2013	2014	2015	2016
Renda Fixa	21,16%	(2,58%)	14,61%	12,25%	12,63%
Renda Variável	6,54%	(1,28%)	(4,45%)	(11,41%)	11,82%
Investimentos Estruturados	14,82%	2,73%	5,64%	(2,14%)	(5,21%)
Investimentos no Exterior	0,00%	10,51%	22,13%	46,80%	(10,23%)
Imóveis	10,63%	10,60%	80,85%	8,70%	8,77%
Empréstimos	16,72%	15,03%	16,87%	15,72%	15,38%

PLANO ELETRA1

SEGMENTO	2012	2013	2014	2015	2016
Renda Fixa	15,36%	5,83%	15,21%	16,12%	12,14%
Renda Variável	10,15%	2,70%	(4,08%)	(16,50%)	(5,78%)
Investimentos Estruturados	9,94%	(2,10%)	4,85%	(20,68%)	(13,21%)
Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	12,85%	(7,96%)
Empréstimos	16,37%	15,38%	14,66%	12,39%	17,20%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	2012	2013	2014	2015	2016
Renda Fixa	20,49%	1,91%	10,67%	13,34%	18,00%

ÍNDICES COMPARATIVOS	2012	2013	2014	2015	2016
Meta Atuarial	12,30%	11,63%	12,34%	17,50%	12,59%
CDI	8,39%	8,06%	10,81%	13,23%	14,00%
Poupança	6,47%	6,32%	7,03%	8,07%	8,31%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DESPESAS COM INVESTIMENTOS EM 2016

PLANO PGA BD E PLANO ELETRA 1	
DESPESAS	NO ANO
Consultoria	3.020,51
Custódia e Controladoria	22.175,91
Sistema de Risco	2.125,45
Despesas Gerais (*)	21.070,15
Pessoal e encargos	31.372,12
Taxas/Cetip/Selic/CBLC	24.154,34
TOTAL	103.918,48

PLANO PGA CV E PLANO CELGPREV	
DESPESAS	NO ANO
Consultoria	278.910,36
Custódia e Controladoria	166.776,25
Sistema de Risco	89.156,79
Despesas Gerais (*)	1.302.085,98
Pessoal e encargos	2.939.052,05
Taxas/Cetip/Selic	35.683,36
TOTAL	4.811.664,79

(*) Serviços de Terceiros; Depreciações e Amortizações; Material Escritório; Saneago; Celg; etc...

POLÍTICA E RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos trata das estratégias e limites assumidos pela Eletra, que devem estar em consonância com as obrigações atuariais e aquelas previstas na legislação.

A Política de Investimentos da Eletra, vigente no período de 2016 a 2020 (60 meses), teve a aprovação do Conselho Deliberativo em 03 de dezembro de 2015. As diretrizes aprovadas estão em consonância com as exigências da Resolução CMN n. 3.792/2009, com seus limites de concentração em ativos e formas de selecioná-las, sempre seguindo a Legislação.

Para o período de 2017 a 2021, com revisão anual, as Políticas de Investimentos foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 29/11/2016 e contemplam os seguintes limites para alocação:

QUADRO RESUMO DAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS PARA 2017

PLANO CELGPREV CV			
ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	MARGEM DE ALOCAÇÃO		Resolução 3.792/2009
	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	Limites (%)
Renda Fixa	30	90	0 a 100
Renda Variável	5	25	0 a 70
Investimentos Estruturados	10	20	0 a 20
Investimentos no Exterior	0	10	0 a 10
Imóveis	0,5	1,5	0 a 8
Empréstimos	3	15	0 a 15

PLANO ELETRA 1 BD			
ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	MARGEM DE ALOCAÇÃO		Resolução 3.792/2009
	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	Limites (%)
Renda Fixa	59	90	0 a 100
Renda Variável	0	15	0 a 70
Investimentos Estruturados	4	20	0 a 20
Investimentos no Exterior	0	10	0 a 10
Empréstimos	1	2,5	0 a 15

PLANO PGA			
ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	MARGEM DE ALOCAÇÃO		Resolução 3.792/2009
	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	Limites (%)
Renda Fixa	0	100	0 a 100

OBJETIVOS DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS PARA 2017

O objetivo das faixas de alocação estabelecidas para os diversos segmentos é assegurar o cumprimento das obrigações atuariais da Fundação, permitindo a flexibilidade na estratégia de alocação dos recursos e liquidez suficiente para que ela possa honrar seus compromissos. As faixas de alocação são baseadas em estudo de ALM (*Asset Liability Management*) considerando tolerância ao risco, preservação do capital, diversificação dos ativos, liquidez e construção de fronteiras eficientes para diferentes intervalos de tempo. Os objetivos de gestão para os segmentos de aplicações são:

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	OBJETIVOS DE GESTÃO		
	Plano Celgprev	Plano Eletra 1	Plano PGA
Renda Fixa	INPC + 7%	INPC + 7%	100% do CDI
Renda Variável	INPC + 10%	INPC + 10%	-
Investimentos Estruturados	INPC + 5,63%	INPC + 5,65%	-
Investimentos no Exterior	INPC + 10%	INPC + 10%	-
Imóveis	INPC + 5,63%	-	-
Operações com Participantes	INPC + 6%	INPC + 6%	-

ALM (ASSET LIABILITY MANAGEMENT)

Uma das bases metodológicas para a elaboração da Política de Investimentos deriva do estudo matemático de ALM (*Asset Liability Management*).

Trata-se de um estudo, cuja finalidade é dar subsídio à gestão de riscos, que, logo, possibilita uma melhor diretriz na condução dos investimentos.

O principal objetivo do estudo é o de buscar a melhor maneira de equilibrar os ativos com os passivos da entidade. Portanto, esse estudo permite tanto a formulação quanto o monitoramento das respectivas estratégias e, se constatado que a forma na condução das premissas de alocação de recursos e compromissos futuros estão desalinhados, novas alternativas serão propostas pelo mesmo.

O método de solução do estudo é pelo controle estocástico, para um problema multiperíodo de 30 anos, sendo a alocação dos recursos do ativo, de forma a obter o maior retorno dentro de um nível de risco definido, o problema de escolha ótima de investimento em ativos de risco.

A restrição do problema é o nível de risco associado à carteira, além da exigência de pagamento dos passivos ao longo do tempo.

Dessa forma, o objetivo da aplicação do modelo é verificar se existe uma ou mais alocações factíveis dos recursos do plano, de forma que seja alcançada a taxa real de juros referenciada na meta atuarial do plano de benefícios. As carteiras encontradas não podem ter venda a descoberto de ativos, devem garantir o pagamento dos recursos dos passivos ao longo do tempo e respeitar os limites de alocação e de risco definidos na Política de Investimentos.

O cenário econômico utilizado no estudo foi formado de acordo com as seguintes classes de ativos:

- a. Títulos pós-fixados (CDI/SELIC);
- b. Títulos prefixados;
- c. Títulos indexados à inflação, mais especificamente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- d. Renda Variável;
- e. Investimentos Estruturados;
- f. Investimento no Exterior;
- g. Imóveis;
- h. Operações com participantes;
- i. Títulos mantidos até o vencimento (Notas do Tesouro Nacional Série B, NTN-B, marcados na curva).

Para as classes de ativos pós-fixados (CDI/SELIC), prefixados de curto e longo prazos (PRE 1- e PRE 1+) e indexados à inflação de curto e longo prazos

(IPCA 5- e 5+) foram utilizadas curvas de taxas de juros e de inflação negociadas no mercado nacional, divulgadas pela BM & F Bovespa no Boletim Diário, em Taxas Referenciais BM & F. Já para as alocações em Investimentos Estruturados, Investimento no Exterior e Renda Variável foi utilizado um prêmio sobre o valor do Ativo Livre de Risco e para Operações com Participantes, a meta atuarial do Plano.

Para os anos projetados, foram considerados os fatores entre as taxas a termo, definidos pelas curvas de mercados, conforme descrito a seguir:

- a. Curva de Juros Prefixada: taxas de juros nominais negociadas nos contratos futuros de DI da BM & F;
- b. Curva *Swap* CDI x IPCA: taxas de juros reais do CDI em relação ao IPCA;
- c. Curva NTN-B: taxas de cupons de juros negociados nas Notas do Tesouro Nacional Série B em relação ao IPCA.

A taxa de inflação IPCA implícita prospectiva é calculada a partir do desconto das taxas de juros nominais da curva de juros prefixada pelas taxas de juros reais extraídas da curva de SWAP CDI x IPCA, para os mesmos prazos.

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

Mesmo diante do resultado negativo no segmento de Investimentos Estruturados, a rentabilidade acumulada total dos investimentos dos Planos Celgprev (CV) e Eletra 1 (BD) registraram um crescimento na ordem de 10,66% (dez inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) e 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento) respectivamente, resultados que ficaram abaixo da meta atuarial acumulada para o mesmo período, que ficou em 12,59% (doze inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento).

Vale destacar que o segmento de Renda Fixa, mesmo tendo sido prejudicado pelo procedimento de registro contábil de Provisão de Devedores Duvidosos, apresentou rentabilidades bem satisfatórias, com retornos na ordem de 12,63% (doze inteiros e sessenta e três centésimos por cento) no Plano Celgprev (CV) e de 12,14% (doze inteiros e quatorze centésimos por cento) no Plano Eletra 1 (BD).

Os provisionamentos citados acima são relativos a investimentos em CCI's das empresas Stiebler Arquitetura e Incorporadora Ltda e SPE Cesto Participações S.A.

Em 31/12/2016 o referido PDD – Provisão de Devedores Duvidosos das CCI's da Stiebler, totalizaram a quantia de R\$ 10.450.848,83 (dez

milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos) no Plano Celgprev. Já as CCI's da Cesto totalizaram a quantia de R\$ 8.765.144,11 (oito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e onze centavos) no Plano Celgprev e R\$ 1.357.714,84 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos) no plano Eletra 1.

As Provisões para Devedores Duvidosos são realizadas quando do atraso das obrigações de responsabilidade do Emissor do Título (no caso a Stiebler Arquitetura e a SPE Cesto). A CCI da Stiebler foi adquirida pela Fundação Eletra em maio de 2011 com uma promessa de remuneração de IPCA + 10% a.a. Já a CCI da SPE CESTO foi adquirida em novembro do mesmo ano com uma promessa de remuneração de IPCA + 9,5% a.a.

Em resumo, os resultados alcançados pela Eletra, de forma consolidada, ficaram próximos da média das demais EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, número esse calculado pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em seu relatório denominado Consolidado Estatístico.

No referido relatório, a rentabilidade da indústria dos Fundos de forma consolidada foi de 14,56% (quatorze inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), no Plano CV, a rentabilidade estimada apurada pela ABRAPP foi de 15,23% (quinze inteiros e vinte e três centésimos por cento) e, por fim, no Plano BD, a

rentabilidade apurada foi de 14,10% (quatorze inteiros e dez centésimos por cento).

DEMONSTRATIVO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO DOS PLANOS

Em novembro de 2015, foi publicada a Resolução CNPC n. 22, com efeitos a partir de 2016, sendo sua aplicação, de forma obrigatória, para os resultados referentes aos exercícios de 2015 e subsequentes. A referida Resolução traz modificações nas regras de solvência, tendo como premissas o aperfeiçoamento da dinâmica das regras de apuração para a destinação de *superávit* e equacionamento de *déficit*, a utilização da *Duration* (duração - prazo médio) de cada plano como critério de diferenciação e a ampliação do prazo de equacionamento de *déficits*, o que faz com que o equacionamento do *déficit* de um plano de benefícios seja distribuído ao longo de sua existência. Esta medida faz com que a regra seja aplicada individualmente, considerando as particularidades de cada plano.

As alterações trazidas pela nova Resolução trazem maior flexibilidade para a definição do valor da Reserva de Contingência e os limites de *superávits* (reserva de contingência) e *déficits*, antes fixos, passam a ser proporcionais à duração do passivo dos planos de benefícios.

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Eletra1

Descrição	2016	2015
1. Ativos	R\$ 79.123	R\$ 78.772
2. Obrigações	R\$ 979	R\$ 845
3. Fundos Não Previdenciais	R\$ 903	R\$ 826
5. Ativo Líquido (1-2-3)	R\$ 77.241	R\$ 77.101
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
a) Equilíbrio Técnico	(R\$ 2.510)	(R\$ 608)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	R\$ 996	R\$ 1.012
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(R\$ 1.514)	R\$ 404

Após o ajuste do equilíbrio técnico, o plano encontra-se deficitário como se pode verificar no demonstrativo acima.

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Celgprev

Descrição	2016	2015
1. Ativos	R\$ 744.118	R\$ 680.442
2. Obrigações	R\$ 6.754	R\$ 5.677
3. Fundos Não Previdenciais	R\$ 5.108	R\$ 5.685
5. Ativo Líquido (1-2-3)	R\$ 732.256	R\$ 669.080
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
a) Equilíbrio Técnico	(R\$ 17.382)	(R\$ 8.881)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	R\$ 8.690	R\$ 8.881
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(R\$ 8.692)	-

Após o ajuste do equilíbrio técnico, o plano encontra-se deficitário como se pode verificar no demonstrativo acima.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECER AUDITORIA - 2016

I - BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM R\$ MIL)

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	4	144	400	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.416	2.165
				Gestão Previdencial	6	1.865	1.574
REALIZÁVEL	5	825.268	760.834	Gestão Administrativa	7	545	569
Gestão Previdencial	5 A	125.868	142.116	Investimentos	8	6	22
Gestão Administrativa	5 B	2.627	2.210				
Investimentos		696.773	616.508	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	7.754	6.605
Títulos Públicos	5 C	201.322	183.877	Gestão Previdencial		5.862	4.946
Créditos Privados e Depósitos	5 C	58.135	109.740	Gestão Administrativa		1.892	1.659
Fundos de Investimentos	5 C	400.073	284.540	Investimentos		-	-
Investimentos Imobiliários	5 C	6.221	6.344				
Empréstimos	5 C	31.022	32.007	PATRIMÔNIO SOCIAL	10	815.508	752.692
				Patrimônio de Cobertura do Plano		792.700	731.929
				Provisões Matemáticas		812.593	741.418
				Benefícios Concedidos		428.552	413.963
				Benefícios a Conceder		384.071	327.483
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(30)	(28)
				Equilíbrio Técnico	11	(19.893)	(9.489)
PERMANENTE	5 D	267	228	Resultados Realizados		(19.893)	(9.489)
				(-) Déficit Técnico Acumulado	11 A	(19.893)	(9.489)
				Fundos		22.808	20.763
				Fundos Previdenciais	12 A-1	16.796	14.252
				Fundos Administrativos	12 A-2	4.648	5.005
				Fundos dos Investimentos	12 A-3	1.364	1.506
TOTAL DO ATIVO		825.679	761.462	TOTAL DO PASSIVO		825.679	761.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO CELGPREV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	78	312	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.500	1.227
			Gestão Previdencial	1.494	1.223
REALIZÁVEL	744.040	680.130	Gestão Administrativa	-	-
Gestão Previdencial	116.430	131.237	Investimentos	6	4
Gestão Administrativa	3.906	4.340			
Investimentos	623.704	544.553	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.254	4.450
Títulos Públicos	180.570	164.461	Gestão Previdencial	5.254	4.450
Créditos Privados e Depósitos	56.120	84.179	Investimentos	-	-
Fundos de Investimentos	350.935	258.645	PATRIMÔNIO SOCIAL	737.364	674.765
Investimentos Imobiliários	6.221	6.345	Patrimônio de Cobertura do Plano	715.459	654.829
Empréstimos	29.858	30.923	Provisões Matemáticas	732.842	663.710
			Benefícios Concedidos	348.801	336.530
			Benefícios a Conceder	384.071	327.208
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(30)	(28)
			Equilíbrio Técnico	(17.382)	(8.881)
			Resultados Realizados	(17.382)	(8.881)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(17.382)	(8.881)
			Fundos	21.904	19.936
			Fundos Previdenciais	16.796	14.251
			Fundos Administrativos	3.906	4.340
			Fundos dos Investimentos	1.202	1.345
TOTAL DO ATIVO	744.118	680.442	TOTAL DO PASSIVO	744.118	680.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO ELETRA1 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	53	54	EXIGÍVEL OPERACIONAL	371	350
			Gestão Previdencial	371	350
REALIZÁVEL	79.070	78.718	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	608	495
Gestão Previdencial	9.438	10.879	Gestão Previdencial	608	495
Gestão Administrativa	741	665	Investimentos	-	-
Investimentos	68.891	67.174	PATRIMÔNIO SOCIAL	78.144	77.927
Títulos Públicos	20.752	19.416	Patrimônio de Cobertura do Plano	77.241	77.101
Créditos Privados e Depósitos	2.015	25.560	Provisões Matemáticas	79.751	77.709
Fundos de Investimentos	44.959	21.115	Benefícios Concedidos	79.751	77.434
Empréstimos	1.165	1.083	Benefícios a Conceder	-	275
			Equilíbrio Técnico	(2.510)	(608)
			Resultados Realizados	(2.510)	(608)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(2.510)	(608)
			Fundos	903	826
			Fundos Administrativos	741	665
			Fundos dos Investimentos	162	161
TOTAL DO ATIVO	79.123	78.772	TOTAL DO PASSIVO	79.123	78.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	13	34	EXIGÍVEL OPERACIONAL	545	587
			Gestão Administrativa	545	569
REALIZÁVEL	6.805	6.990	Investimentos	-	18
Gestão Administrativa	2.627	2.210			
Investimentos	4.178	4.780	EXIGÍVEL		
Fundos de Investimentos	4.178	4.780	CONTINGENCIAL	1.892	1.660
Investimentos Imobiliários	-	-	Gestão Administrativa	1.892	1.660
			PATRIMÔNIO SOCIAL	4.648	5.005
PERMANENTE	267	228	Fundos	4.648	5.005
Imobilizado	267	228	Fundos Administrativos	4.648	5.005
TOTAL DO ATIVO	7.085	7.252	TOTAL DO PASSIVO	7.085	7.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CELGPREV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	9	27	EXIGÍVEL OPERACIONAL	539	582
REALIZÁVEL	6.053	6.340	Gestão Administrativa	539	564
Gestão Administrativa	2.600	2.189	Investimentos	-	18
Investimentos	3.453	4.131	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.870	1.639
Fundos de Investimentos	3.453	4.131	Gestão Administrativa	1.870	1.639
			PATRIMÔNIO SOCIAL	3.906	4.340
PERMANENTE	253	214	Fundos	3.906	4.340
Imobilizado	253	214	Fundos Administrativos	3.906	4.340
TOTAL DO ATIVO	6.315	6.561	TOTAL DO PASSIVO	6.315	6.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ELETRA1 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	4	7	EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	6
REALIZÁVEL	752	671	Gestão Administrativa	6	6
Gestão Administrativa	26	22			
Investimentos	726	649	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	23	21
Fundos de Investimentos	726	649	Gestão Administrativa	23	21
			PATRIMÔNIO SOCIAL	741	665
PERMANENTE	14	14	Fundos	741	665
Imobilizado	14	14	Fundos Administrativos	741	665
TOTAL DO ATIVO	770	692	TOTAL DO PASSIVO	770	692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO ELETRA 1
(Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	77.101	75.854	1,64%
1. Adições	7.064	7.570	(6,68%)
(+) Contribuições	1.591	2.067	(23,03%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.473	5.503	(0,55%)
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	-	0,00%
2. Destinações	(6.924)	(6.324)	9,49%
(-) Benefícios	(6.773)	(6.206)	9,14%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(113)	(81)	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(38)	(37)	8,80%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	140	1.247	(88,76%)
(+/-) Provisões Matemáticas	2.042	218	836,70%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.902)	1.029	(285,02%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	77.241	77.101	0,18%
C) Fundos não Previdenciais	903	826	19,32%
(+/-) Fundos Administrativos	741	665	11,43%
(+/-) Fundos dos Investimentos	162	161	0,62%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO CELGPREV
(Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	669.080	612.185	9,29%
1. Adições	106.464	92.364	15,27%
(+) Contribuições	51.455	52.009	(1,07%)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	55.009	40.355	36,31%
2. Destinações	(43.288)	(35.469)	22,05%
(-) Benefícios	(38.892)	(31.350)	24,06%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(773)	(914)	(15,43%)
(-) Custeio Administrativo	(3.623)	(3.205)	13,04%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	63.176	56.895	11,04%
(+/-) Provisões Matemáticas	69.133	58.510	18,16%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.545	(4.704)	(54,09%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(8.502)	3.089	(275,23%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	732.256	669.080	9,44%
C) Fundos não Previdenciais	5.108	5.685	(10,15%)
(+/-) Fundos Administrativos	3.906	4.340	(10,00%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.202	1.345	(10,63%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CELGPREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
1. Ativos	744.118	680.442	9,36%
Disponível	78	312	(75%)
Recebível	120.336	135.577	(11,24%)
Investimento	623.704	544.553	14,54%
Títulos Públicos	180.570	164.461	9,80%
Créditos Privados e Depósitos	56.120	84.179	(33,33%)
Fundos de Investimentos	350.935	258.645	35,68%
Investimentos Imobiliários	6.221	6.345	(1,95%)
Empréstimos	29.858	30.923	(3,44%)
2. Obrigações	6.754	5.677	18,97%
Operacional	1.500	1.227	22,25%
Contingencial	5.254	4.450	18,07%
3. Fundos Não Previdenciais	5.108	5.685	(10,15%)
Fundos Administrativos	3.906	4.340	(10,00%)
Fundos dos Investimentos	1.202	1.345	(10,63%)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	732.256	669.080	9,44%
Provisões Matemáticas	732.842	663.710	10,42%
Superávit/Déficit Técnico	(17.382)	(8.881)	95,72%
Fundos Previdenciais	16.796	14.251	17,86%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(17.382)	(8.881)	95,72%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.690	8.881	(2,15%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.692)	-	0,00%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
1. Ativos	79.123	78.772	0,45%
Disponível	53	54	(1,85%)
Recebível	10.179	11.544	(11,82%)
Investimento	68.891	67.174	2,56%
Títulos Públicos	20.752	19.416	6,88%
Créditos Privados e Depósitos	2.015	25.560	(92,12%)
Fundos de Investimentos	44.959	21.115	112,92%
Empréstimos	1.165	1.083	7,57%
2. Obrigações	979	845	15,86%
Operacional	371	350	6,00%
Contingencial	608	495	22,83%
3. Fundos Não Previdenciais	903	826	9,32%
Fundos Administrativos	741	665	11,43%
Fundos dos Investimentos	162	161	0,62%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	77.241	77.101	0,18%
Provisões Matemáticas	79.750	77.709	2,63%
Superávit/Déficit Técnico	(2.510)	(608)	312,83%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(2.510)	(608)	312,83%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	996	1.012	(1,09%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(1.514)	404	(479,45%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADO)
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.005	5.611	(10,80%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.306	3.852	11,79%
1.1. Receitas	4.306	3.852	11,79%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.660	3.241	12,93%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	73	112	(34,82%)
Resultado Positivo dos Investimentos	573	482	18,88%
Outras Receitas	-	17	0,00%
2. Despesas Administrativas	(4.663)	(4.458)	4,60%
2.1. Administração Previdencial	(3.814)	(3.501)	8,94%
Pessoal e Encargos	(2.212)	(1.867)	18,48%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(42)	(60)	(30,00%)
Viagens e Estádias	(51)	(74)	(31,08%)
Serviços de Terceiros	(562)	(549)	2,37%
Despesas Gerais	(831)	(849)	(2,12%)
Depreciações e Amortizações	(51)	(53)	(3,77%)
Outras Despesas	(65)	(49)	32,65%
2.2. Administração dos Investimentos	(849)	(957)	(11,29%)
Pessoal e Encargos	(758)	(886)	(14,45%)
Serviços de Terceiros	(91)	(71)	28,17%
3. Constituição/Reversão de Constituições Administrativas	-	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(357)	(606)	(41,09%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(357)	(606)	(41,09%)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	4.648	5.005	(7,13%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CELGREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.340	4.998	(13,17%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.175	3.746	11,45%
1.1. Receitas	4.175	3.746	11,45%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.623	3.205	13,04%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	67	102	(34,31%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	485	422	14,22%
Outras Receitas	-	17	0,00%
2. Despesas Administrativas	(4.609)	(4.404)	4,65%
2.1. Administração Previdencial	(3.770)	(3.459)	8,99%
2.1.1. Despesas Comuns	(3.710)	(3.415)	8,64%
2.1.2. Despesas Específicas	(60)	(44)	36,36%
Outras Despesas	(60)	(44)	36,36%
2.2. Administração de Investimentos	(839)	(945)	(11,22%)
2.2.1. Despesas Comuns	(839)	(945)	(11,22%)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(434)	(658)	(34,04%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(434)	(658)	(34,04%)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.906	4.340	(10,00%)

VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ELETRA1

(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	665	614	8,31%
1. Custeio da Gestão Administrativa	131	104	25,96%
1.1. Receitas	131	104	25,96%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	38	37	2,70%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6	7	(14,29%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	87	60	45,00%
2. Despesas Administrativas	(55)	(53)	3,77%
2.1. Administração Previdencial	(45)	(42)	7,14%
2.1.1. Despesas Comuns	(40)	(38)	5,26%
2.1.2. Despesas Especificas	(5)	(4)	25,00%
Outras Despesas	(5)	(4)	25,00%
2.2. Administração de Investimentos	(10)	(11)	(9,09%)
2.2.1. Despesas Comuns	(10)	(11)	(9,09%)
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	76	51	49,02%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	76	51	49,02%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	741	665	11,43%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – CELGPREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	740.212	676.101	9,48%
1. Provisões Matemáticas	732.842	663.710	10,42%
1.1. Benefícios Concedidos	348.801	336.530	3,65%
Benefício Definido	348.801	336.530	3,65%
1.2. Benefício a Conceder	384.071	327.208	17,38%
Contribuição Definida	382.268	325.473	17,45%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	198.879	169.774	17,14%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	183.389	155.699	17,78%
Benefício Definido	1.803	1.735	0,39%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(30)	(28)	7,14%
(-) Serviço Passado	(30)	(28)	7,14%
(-) Participantes	(30)	(28)	7,14%
2. Equilíbrio Técnico	(17.382)	(8.881)	95,72%
2.1. Resultados Realizados	(17.382)	(8.881)	95,72%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(17.382)	(8.881)	95,72%
3. Fundos	17.998	15.595	15,41%
3.1. Fundos Previdenciais	16.796	14.251	17,86%
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	1.202	1.344	(10,57%)
4. Exigível Operacional	1.500	1.227	22,25%
4.1. Gestão Previdencial	1.494	1.223	22,16%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	4	50,00%
5. Exigível Contingencial	5.254	4.450	18,07%
5.1. Gestão Previdencial	5.254	4.450	18,07%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - ELETRA1
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	78.382	78.107	0,35%
1. Provisões Matemáticas	79.751	77.709	2,63%
1.1. Benefícios Concedidos	79.751	77.434	2,99%
Benefício Definido	79.751	77.434	2,99%
1.2. Benefício a Conceder	-	275	0,00%
Benefício Definido	-	275	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	(2.510)	(608)	(312,83%)
2.1. Resultados Realizados	(2.510)	(608)	(312,83%)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(2.510)	(608)	(312,83%)
3. Fundos	162	161	0,62%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	162	161	0,62%
4. Exigível Operacional	371	350	6,00%
4.1. Gestão Previdencial	371	349	6,30%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	1	0,00%
5. Exigível Contingencial	608	495	22,83%
5.1. Gestão Previdencial	608	495	22,83%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS CONSELHEIROS, DIRETORES E PARTICIPANTES DA
ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência, que compreendem o balanço patrimonial consolidado representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela ELETRA, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC N.8, em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência e individual por plano de benefício em 31 de dezembro 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

1 • Chamamos a atenção para as Notas Explicativas no C.4. e C.5., que dizem respeito à provisão para devedores duvidosos concernente aos investimentos CCI Stiebler da SPE S&G EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e CCI Cesto Participações S/A cujas aplicações se realizaram em maio e novembro de 2011, respectivamente. A Provisão da CCI Stiebler, constituída até 2016, perfaz o montante de R\$ 10.450.848,83 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos) no Plano Celgprev e da CCI Cesto monta o importe de R\$ 1.357.714,84 (um

milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos) no Plano Eletra 1 e, R\$ 8.765.144,11 (oito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e onze centavos), no Plano Celgprev, representando o provisionamento de 100% (cem por cento) dos investimentos retro enfatizados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

2 • Chamamos a atenção também, para a Nota Explicativa nº 11 que descreve a rentabilidade dos Planos em comparação com a meta atuarial em 2016. No acumulado do exercício do Plano Celgprev, a rentabilidade dos investimentos de 9,77% não atingiu a Meta Atuarial de 12,59%, resultando em perda atuarial acumulada de 2,57%. No acumulado do exercício do Plano Eletra 01 a rentabilidade dos investimentos de 8,44% não atingiu a meta atuarial de 12,60%, resultando em perda de 3,84%. Conforme parecer atuarial dos referidos planos, a rentabilidade vem sendo majoritariamente influenciada pelo provisionamento de perdas com investimentos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

3 • De acordo com a Nota Explicativa nº 14 “b” a CELG-D, maior empresa patrocinadora dos planos administrados pela Eletra, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND. Neste sentido, no âmbito do processo de desestatização da CELG-D, a Eletrobrás (51%) e a CELGPAR (49%), colocaram à venda ações ordinárias de emissão daquela Distribuidora, de propriedades de ambas, mediante leilão público, na forma de maior lance. O leilão foi realizado em 30 de novembro de 2016, na BM & F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, para o qual foi apresentada apenas uma proposta da Empresa Enel Brasil S.A. no valor total de R\$ 2,187 bilhões. O trâmite de homologação e aprovação do referido leilão foi finalizado em dezembro de 2016, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, respectivamente. O processo de anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL encontra-se em tramitação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

OUTROS ASSUNTOS

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de janeiro de 2016, com opinião não modificada sem ressalvas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

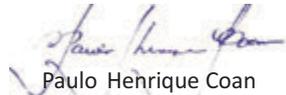
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa

independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



BRAVO'S Auditores Independentes SS
CRC GO – 001818/O-8
Marcelo Alejandro Galindo Bravo
Contador CRC GO 015750/O-4 "S"AC



Paulo Henrique Coan
Contador CRC GO 22.011/O-8

GOIÂNIA, 26 DE JANEIRO DE 2017.

2017

PARECER ATUARIAL
Avaliação Atuarial Anual 2016 – Plano CELGPREV



2017.020.W
ELETRA
25/01/2017

PARECER ATUARIAL

1 DO PARECER ATUARIAL

1.1 DO OBJETO

O presente documento tem como finalidade apresentar o **Parecer Técnico Atuarial do Plano CELGPREV (CNPB 2000.0069-65)**, administrado pela ELETRA – FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA, decorrente da **Avaliação Atuarial Anual, referente ao encerramento do exercício de 2016**, bem como Plano Anual de Custeio, com vigência a partir de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2018.

A **Avaliação Atuarial Anual de 2016** considerou a base cadastral e financeira de **31 de dezembro de 2016**, sendo esta a data de cálculo e de posicionamento dos resultados, consignados em demonstrações atuariais e contábeis.

1.2 DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O **Plano CELGPREV** está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), consoante à Resolução MPS/CGPC 16, de 22 de novembro de 2005, devido ao fato dos benefícios programados apresentarem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, apresentando médio grau de maturidade e estando em manutenção normal e apto a novas inscrições.

A **Avaliação Atuarial Anual de 2016** considerou como Regulamento vigente, o texto regulamentar aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 275, de 02 de junho de 2014.

O **Plano CELGPREV** é patrocinado pela CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG G&T, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR e ELETRA FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA, estas solidárias entre si.

1.3 DAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS

Em **31 de dezembro de 2016**, o **Plano CELGPREV** apresentava a seguinte massa populacional, conforme estatística descritiva a seguir:

PARTICIPANTES		
Não Iminentes		
Categoria		
Quantidade		1375
Idade média		40,15
Idade de Aposentadoria média		53,14
Tempo médio de contribuição		10,20
Tempo médio de serviço atual		12,59
Tempo de Serviço Futuro médio		12,99
Salário Real de Contribuição limitado médio	R\$	6.832,83
Folha Salarial mensal limitada total	R\$	9.395.146,78
Fundo Individual Total	R\$	71.256.477,89
Fundo Patrocinado Total	R\$	71.444.289,92
Iminentes		
Categoria		
Quantidade		549
Idade média		58,00
Tempo médio de contribuição		14,09
Tempo médio de serviço atual		29,25
Salário Real de Contribuição limitado médio	R\$	9.471,07
Folha Salarial mensal limitada total	R\$	5.199.616,62
Fundo Individual Total	R\$	112.132.741,49
Fundo Patrocinado Total	R\$	127.434.100,97
Total		
Quantidade de Participantes		1924
Idade média		45,24
Idade de Aposentadoria média		54,53
Tempo médio de contribuição		11,31
Tempo médio de serviço atual		17,34
Tempo médio de serviço futuro		9,28
Folha Salarial mensal limitada total	R\$	14.594.763,40
Fundo Individual Total	R\$	183.389.219,38
Fundo Patrocinado Total	R\$	198.878.390,89

OPTANTES PELO RISCO		
Quantidade		1741
Idade média		44,47
Idade de aposentadoria média		54,25
Tempo médio de contribuição		11,65
Tempo médio de serviço atual		16,44
Tempo de serviço futuro médio		9,78
Salário médio (benefício de risco)	R\$	7.297,86
Total de Salários (benefício de risco)	R\$	12.705.565,85
Fundo Individual Total	R\$	163.486.577,88
Fundo Patrocinado Total	R\$	180.430.158,65

ASSISTIDOS		
Benefício Tempo de Serviço		
Quantidade		294
Idade média		72,38
Benefício médio	R\$	3.656,57
Total de Benefícios	R\$	1.075.030,63
Benefício Especial		
Quantidade		84
Idade média		76,21
Benefício médio	R\$	2.728,01
Total de Benefícios	R\$	229.152,84
Benefício Idade		
Quantidade		31
Idade média		79,52
Benefício médio	R\$	1.705,42
Total de Benefícios	R\$	52.868,14
Benefício Invalidez		
Quantidade		182
Idade média		66,91
Benefício médio	R\$	1.582,99
Total de Benefícios	R\$	288.103,46

ASSISTIDOS		
Benefício Não Concedidas pelo INSS		
Quantidade		26
Idade média		62,15
Benefício médio	R\$	2.547,53
Total de Benefícios	R\$	66.235,82
Benefício Proporcional (Antecipada)		
Quantidade		95
Idade média		74,56
Benefício médio	R\$	2.273,41
Total de Benefícios	R\$	215.973,65
Benefício Pensão		
Quantidade		359
Idade média		66,34
Benefício médio	R\$	1.739,65
Total de Benefícios	R\$	624.533,04

1.4 DAS HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

As Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016** foram submetidas a Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras, na forma que preconiza a legislação em vigor, considerando, ainda, a manifestação fundamentada das patrocinadoras no que se refere às Hipóteses que guardam relação com suas atividades econômicas, sendo que a Diretoria e Conselho Deliberativo da ELETRA definiram formalmente a aplicação das seguintes Hipóteses, consubstanciadas em opinamento técnico atuarial:

5

PLANO CNPB	PLANO CELGPREV 2000.0069-65	Avaliação Atuarial 2015		Avaliação Atuarial 2016	
		Hipóteses		Hipóteses	
Fator de Capacidade dos Salários		96,95%		96,95%	
Fator de Capacidade dos Benefícios		96,95%		96,95%	
Composição Familiar					
Ativos		Família média Centro-Oeste		Família média Centro-Oeste	
Aposentados		Real		Real	
Crescimento Real de salários		1,00%		1,00%	
Taxa de Rotatividade		1,70%		1,60%	
Taxa Real Anual de Juros		5,63%		5,63%	
Tábua de Entrada em Invalidez		TASA 27 Suavizada 20%		TASA 27 Suavizada 50%	
Tábua de Mortalidade de Invalídos		MI 85 M&F		MI 85 M&F	
Tábua de Mortalidade Geral		AT 2000 M Suavizada 10%		AT 2000 M Suavizada 10%	
Índice de Atualização					
Migrados		INPC		INPC	
Constante		Rentabilidade		Rentabilidade	
Decrescente		Rentabilidade - Taxa de Juros		Rentabilidade - Taxa de Juros	

Consoante ao quadro supra destacado, descrevemos a seguir as alterações de Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas nesta **Avaliação Atuarial**, comparativamente à Avaliação Atuarial do exercício anterior:

- Aplicação da Tábua de Entrada em Invalidez TASA 1927 suavizada em 50%, em substituição à Tábua TASA 1927 suavizada em 20%, fundamentada, especificamente, por Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, devidamente aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da ELETRA;
- Aplicação da Tábua de Rotatividade 1,60%, em substituição à Taxa de 1,70%, fundamentada, especificamente, por Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, devidamente aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da ELETRA, bem como na manifestação fundamentada das patrocinadoras do Plano.

2 DO GRUPO DE CUSTEIO

2.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

6

Os custos atuariais relativos aos benefícios de risco assegurados pelo Plano foram reavaliados atuarialmente na data desta Avaliação, conforme o Regime Financeiro de Capitalização e Método de Idade de Entrada, considerando o excesso do encargo atuarial em relação aos saldos de conta acumulados (Fundos Individuais e Patrocinados), sendo os benefícios programados apurados com base nas contribuições normais vertidas, auferindo-se no total o custo médio de 18,62%.

Comparativamente ao custo médio apurado na Avaliação Atuarial Anual do encerramento do exercício de 2015, que resultou no custo de 16,78%, houve uma majoração de 1,84 p.p., decorrente da revisão de percentual, por parte dos Participantes, para o financiamento dos benefícios programados, uma vez que o custo para o financiamento dos benefícios de risco, avaliado atuarialmente, permaneceu constante, dado que o Método de Financiamento empregado.

2.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas dimensionadas em **31 de dezembro de 2016**, no montante de R\$732.842.486,26 comparativamente àquelas constantes de Avaliação Atuarial de 2015, que perfizeram R\$663.709.516,12, representaram uma variação de aproximadamente 10,42%.

As Provisões Matemáticas referentes a parte em Benefício Definido somaram R\$350.574.875,99 em **31 de dezembro de 2016**, representando acréscimo de 3,65%, comparativamente o montante de R\$338.236.325,00, registrado da Avaliação Atuarial Anual de 2015, influenciada fundamentalmente pelo ambiente inflacionário no período e, em menor grau, pela diminuição da Taxa de Rotatividade, sendo amenizada pela alteração da Hipótese Biométrica de Tábua de Entrada em Invalidez, que passou a considerar a TASA 1927 suavizada em 50%, além de registros de mortes de aposentados com e sem reversão dos respectivos benefícios em pensão por morte.

As Provisões Matemáticas referentes a parte em Contribuição Definida somaram R\$382.267.610,27 em **31 de dezembro de 2016**, representando acréscimo de 17,45%, comparativamente o montante de R\$325.473.191,12, registrado da Avaliação Atuarial Anual de 2015, decorrente da manutenção e revisão para cima de contribuições, conforme faculta o Regulamento do Plano, acrescidas da rentabilidade obtida no período, bem como do saldo de entradas e saídas (Resgates e concessões de benefícios).

2.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Considerando a modalidade a qual está estruturada o **Plano CELGPREV**, qual seja Contribuição Variável - CV, o risco atuarial inerente ao Plano recai sobre a não aderência e não convergência de hipóteses biométricas, demográficas, econômico e financeiras, bem como inadequação do ritmo de capitalização, dado pelo regime e método de financiamento para os benefícios de riscos (fase de acumulação e percepção) e benefícios programados (fase de percepção).

Para mitigar esses riscos, as Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016** foram submetidas a Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras, como preconiza a legislação em vigor e à luz das boas práticas de gestão do risco atuarial, sendo que os Estudos são atualizados anualmente, de acordo com as características populacionais do Plano e dispositivos regulamentares.

Além disso, a gestão atuarial continuada do **Plano CELGPREV**, considera o acompanhamento proativo das provisões matemáticas e resultados, por meio de processamento atuarial mensal, na forma de avaliação (cálculo), consubstanciado na disponibilização de dados cadastrais e informações financeiras pela Entidade, mês a mês, as quais são submetidas, previamente, a análises técnicas de consistências, o que permite captar as atualizações cadastrais no momento de sua ocorrência e, por conseguinte, os reflexos nas obrigações atuariais do Plano, em cada momento, sendo que os valores são registrados nos balancetes mensais.

2.4 SOLUÇÃO PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Haja vista a legislação previdenciária em vigor, o **Plano CELGPREV** auferiu Déficit Técnico de R\$17.382.790,36, antes do Ajuste de Precificação, sendo que considerando o Ajuste de R\$8.690.300,07, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$8.692.490,29.

Este valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$16.967.824,00.

Portanto, não há necessidade de Plano de Equacionamento, devendo os resultados serem constantemente monitorados.

3 DO PLANO DE BENEFÍCIOS

3.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral dos participantes, assistidos e respectivos dependentes observam *layout* previamente estabelecido pela Entidade, que considera as especificidades do **Plano CELGPREV**.

Desta feita, a base cadastral, posicionada em **31 de dezembro de 2016**, foi submetida a análises e testes de consistências, sendo que, após certificações da Entidade, foram consideradas válidas e habilitadas para fins de **Avaliação Atuarial Anual**.

3.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Plano **CELPREV** registra Fundo Previdencial (Fundo Coletivo de Desligamento) que é constituído pelas transferências de 50% dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes em conta única do Fundo Patrocinado, nas hipóteses em que os Participantes tiveram suas cotas prescritas ou que tiveram efetuado Resgate de Contribuições ou Portabilidade, sendo atualizado pela rentabilidade da Cota do Plano, cuja destinação dos recursos será definida pelo órgão deliberativo da ELETRA, embasada em Parecer Atuarial, na forma de dispositivos regulamentares e Nota Técnica Atuarial.

Na data base de **31 de dezembro de 2016**, o Fundo Coletivo de Desligamento foi reavaliado atuarialmente, consoante à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, encerrando o exercício de 2016 com o montante de R\$16.796.308,14.

Excepcionalmente, consoante a solicitação expressa da ELETRA, a WEDAN promoveu Estudo Técnico Atuarial Específico de Utilização (Reversão) parcial do Fundo Previdencial constituído no Plano, na data base de 30 de novembro de 2016, para fonte de custeio de despesas administrativas exclusivas do Plano, a ser utilizada a partir de janeiro de 2017, sendo

que os resultados e conclusões constam do documento **2016.170.W - PARECER ATUARIAL - UTILIZAÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIAL - ELETRA – CELGPREV**.

3.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Cotejando o Patrimônio de Cobertura do Plano em **31 de dezembro de 2016**, no montante de R\$715.459.695,90 com as Provisões Matemáticas, no mesmo período, de R\$732.842.486,26, o **Plano CELGPREV** registrou Déficit Técnico de R\$17.382.790,36, registrado no balancete do Plano.

Não obstante, considerando o Ajuste de Precificação, do que prevê a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 e a Portaria Previc nº 29, de janeiro de 2017, no patamar de R\$8.690.300,07, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$8.692.490,29, como registrado no demonstrativo de Equilíbrio Técnico Ajustado do encerramento do exercício.

Este valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$16.967.824,00.

Este resultado ajustado, comparativamente aquele de 31 de dezembro de 2015, Equilíbrio Técnico Ajustado, representou uma variação desfavorável, influenciada, de forma majoritária, pelo não atingimento da Meta Atuarial, cuja a rentabilidade tivera o concurso do provisionamento de perdas com investimentos no valor de R\$19.215.992,94.

3.4 NATUREZA DO RESULTADO

Consoante aos resultados apurados nesta **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016**, qual fora influenciado pelo ambiente inflacionário, provisionamento de perdas com investimentos e, em menor grau, pela redução da Taxa de Rotatividade, abrandado pela alteração da Hipótese Biométrica de Tábua de Entrada em Invalidez, pode-se inferir que a natureza do resultado é conjuntural, devendo ser monitorado.

3.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

O **Plano CELGPREV** auferiu Déficit Técnico de R\$17.382.790,36, antes do Ajuste de Precificação, sendo que considerando o Ajuste de R\$8.690.300,07, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$8.692.490,29.

Este valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$16.967.824,00.

Portanto, não há necessidade de Plano de Equacionamento, devendo os resultados serem constantemente monitorados.

3.6 ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Para o financiamento dos benefícios não programados (de risco) assegurados pelo **Plano CELGPREV**, adota-se o Regime Financeiro de Capitalização e o Método de Financiamento Idade de Entrada, sendo os benefícios programados financiados por Capitalização Individual.

Ante o exposto, o Regime Financeiro e o Método de Financiamento aplicados na **Avaliação Atuarial Anual** estão aderentes à legislação previdenciária vigente, em especial a Resolução MPS/CGPC 18, de 28 de março de 2006 e suas atualizações, representando ritmo de capitalização tecnicamente condizente com as obrigações previstas.

3.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

A seguir descrevemos outros Fatores Relevantes pertinentes à **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016**:

- a) Para fins de **Avaliação Atuarial Anual**, a WEDAN considerou os valores de ativos patrimoniais apurados e contabilizados pela Entidade, os quais não foram objeto de auditoria financeira por parte desta Consultoria;

- b) Os ativos patrimoniais foram submetidos ao Ajuste de Precificação, do que prevê a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 e a Portaria Previc nº 29, de janeiro de 2017, no valor de R\$8.690.300,07, apurado no exercício de 2016, restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços, mantidos pelo Plano de Benefícios e informados pela Entidade, sem prejuízo da capacidade financeira e liquidez do Plano, conforme demonstrado em Fluxo Atuarial;
- c) O **Plano CELGPREV** registra no seu ativo patrimonial Contribuições Contratadas de R\$109.234.463,03, sendo contabilmente alocado em Outras Contratações, de responsabilidade das Patrocinadoras, referente aos contratos SPJU-0450/97 e SPJU-1527/2000 e seus respectivos termos aditivos;
- d) Em atendimento à Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a ELETRA apropriou para o **Plano CELGPREV**, no exercício de 2016, o valor de R\$8.765.144,11 em Provisão para Devedores Duvidosos - PDD dos investimentos realizados em novembro de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo, e R\$10.450.848,83 em Provisão para Devedores Duvidosos - PDD dos investimentos realizados em maio de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo;
- e) As Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na **Avaliação Atuarial Anual do encerramento do exercício de 2016** foram submetidas a Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras, na forma que preconiza a legislação em vigor, considerando, ainda, a manifestação fundamentada das patrocinadoras no que se refere àquelas que guardam relação com suas atividades econômicas, sendo que a Diretoria e Conselho Deliberativo da ELETRA definiram as seguintes alterações (comparativamente a Avaliação Atuarial Anual de 2015), consubstanciadas em opinamento técnico atuarial:
 - i. Aplicação da Tábua de Entrada em Invalidez TASA 27 suavizada em 50% linearmente, que demonstrou melhor aderência à massa populacional do Plano (relação entre o Esperado e o Observado) no respectivo Estudo Técnico de Hipóteses Biométricas, resultando em melhor estimativa;

- ii. Atualização da Taxa Rotatividade, que congrega a projeção para desligamento da patrocinadora majoritária para os próximos 5 (cinco) anos, no patamar de 1,60% ao ano, dado o alto índice de adesão ao Plano;
- f) Os benefícios concedidos foram atualizados de acordo com as formas de percepção previstas em Regulamento:
- Migrados: pela variação do INPC acumulado;
 - Optantes pelo recebimento do benefício Constante em Cotas: rentabilidade patrimonial acumulada; e
 - Optantes pelo recebimento do benefício Decrescente em Cotas: rentabilidade patrimonial acumulada, descontada da Taxa Real de Juros.
- g) Os Salários Reais de Contribuições - SRC foram atualizados pela variação acumulada do IPCA para fins de apuração dos benefícios de risco a conceder;
- h) Em 31 de dezembro de 2016 foi promovido o recálculo (metodologia atuarial) do valor de contribuições de joias futuras, considerando as informações cadastrais e o prazo de integralização igual ao tempo de serviço futuro (tempo de espera), sendo apurado o montante de R\$29.630,66, registrado em Provisões Matemáticas a Constituir, referente ao Serviço Passado, de responsabilidade dos Participantes Optantes por entrada tardia no Plano ou cobertura de risco após o período de inscrição;
- i) A rentabilidade patrimonial auferida no Plano CELGPREV no período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 foi de 10,66%, que comparativamente a Meta Atuarial do Plano referente ao migrados, no mesmo período, atingiu 12,58%, perfaz uma perda atuarial de 1,71%, impulsionada de forma representativa pelo provisionamento de perdas com investimentos e ambiente inflacionário.

4 DO PLANO ANUAL DE CUSTEIO

Em face da presente **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016** e considerando os dispositivos regulamentares do Plano CELGPREV, apresentamos a seguir o **Plano Anual de Custeio a vigor a partir de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2018:**

Categoria	Tipo de Contribuição	Percentual	Base de Incidência
Participante	Contribuições mensais normais para custeio dos Benefícios Programados	Livre escolha: de 2% a 20%	Salário Real de Contribuição*
	Contribuições facultativas	Livre escolha	
	Contribuições mensais para custear os Benefícios de Risco	0,22%	
	Contribuições mensais para custear as Despesas Administrativas	0,96%	
Patrocinadora	Contribuições mensais normais para custeio dos Benefícios Programados	Paritária (1:1)	Salário Real de Contribuição*
	Contribuições mensais para custear os Benefícios de Risco	0,22%	
	Contribuições mensais para custear as Despesas Administrativas	0,96%	
	Contribuições destinadas a incentivar migração	0,00%	
	Contribuições Extraordinárias, relativas ao Tempo de Serviço Passado ou cobertura de Déficits	0,00%	
Assistidos	Contribuições mensais para custear as Despesas Administrativas	0,00%	

(*) Salário Real de Contribuição: valor das parcelas remuneratórias normais recebidas da Patrocinadora, sobre o qual incidem as contribuições para o CELGPREV, limitado a 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) ou 40 (quarenta) vezes o valor da UME (R\$305,94 em 31/12/2016).

Cumprido destacar que o presente **Plano Anual de Custeio** deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELETRA, consoante à legislação previdenciária aplicável.

5 DA CONCLUSÃO TÉCNICA

As Hipóteses e Premissas atuariais, bem como a metodologia técnica, empregadas para fins desta **Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016** estão em estrita obediência à legislação previdenciária em vigor, sendo que os resultados estão consubstanciados na conjugação dessas com os dados e informações previamente disponibilizadas pela **ELETRA**.

Consoante à análise técnica atuarial acerca dos resultados apurados, conclui-se que o Plano **CELGPREV** auferiu Déficit Técnico de R\$17.382.790,36 registrado no balancete contábil de **31 de dezembro de 2016**.

Todavia, com o concurso do Ajuste de Precificação, do que prevê a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 e a Portaria Previc nº 29, de janeiro de 2017, no montante de R\$8.690.300,07, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$8.692.490,29, registrado no demonstrativo de Equilíbrio Técnico Ajustado do encerramento de exercício.

No entanto, o valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$16.967.824,00.

Portanto, na data base de cálculo, não há necessidade de Plano de Equacionamento, devendo os resultados serem constantemente monitorados.

Adicionalmente, cumpre destacar que os Ativos patrimoniais, respectivos aprepagamentos e saldos de conta informados pela **ELETRA** não foram alvo de auditoria.

Por fim, enfatizamos que os entendimentos e conclusões contidos neste Parecer restringem-se sob o âmbito **técnico atuarial** e fundamentam-se nos dados, documentos e informações disponibilizados pela **ELETRA**, legislação de previdência complementar, bem como nas melhores práticas de mercado e na boa técnica atuarial.

Este é nosso Parecer Técnico Atuarial.

Goiânia, 25 de janeiro de 2017.



Daniel Pereira da Silva
Atuário MIBA 1146
Sócio-Diretor
WEDAN CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL LTDA. – CIBA 145

2017

PARECER ATUARIAL Avaliação Atuarial Anual 2016– Plano ELETRA 01



2017.019.W
ELETRA
25/01/2017

PARECER ATUARIAL

1 DO PARECER ATUARIAL

1.1 DO OBJETO

O presente documento tem como finalidade apresentar o **Parecer Técnico Atuarial do Plano ELETRA 01 (CNPB 1980.0023-47)**, administrado pela ELETRA – FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA, decorrente da **Avaliação Atuarial Anual, referente ao encerramento do exercício de 2016**, bem como Plano Anual de Custeio, com vigência a partir de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2018.

A **Avaliação Atuarial Anual de 2016** considerou a base cadastral e financeira de **31 de dezembro de 2016**, sendo esta a data de cálculo e de posicionamento dos resultados, consignados em demonstrações atuariais e contábeis.

1.2 DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O **Plano ELETRA 01** está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), consoante à Resolução MPS/CGPC 16, de 22 de novembro de 2005, apresentando alto grau de maturidade e estando em extinção.

A **Avaliação Atuarial Anual de 2016** considerou como Regulamento vigente, o texto regulamentar aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 3201/SPC/DETEC/CGAT, de 27 de agosto de 2007.

O **Plano ELETRA 01** é patrocinado pela CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – GELG D e CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CELG G&T, estas solidárias entre si.

1.3 DAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016, o Plano ELETRA 01 apresentava a seguinte massa populacional, conforme estatística descritiva a seguir:

ASSISTIDOS		
Benefício Tempo de Serviço		
Quantidade		66
Idade média		70,62
Benefício médio	R\$	6.080,02
Total de Benefícios	R\$	401.281,14
Benefício Especial		
Quantidade		7
Idade média		75,54
Benefício médio	R\$	1.625,77
Total de Benefícios	R\$	11.380,37
Benefício Idade		
Quantidade		6
Idade média		79,08
Benefício médio	R\$	2.622,41
Total de Benefícios	R\$	15.734,45
Benefício Invalidez		
Quantidade		10
Idade média		68,34
Benefício médio	R\$	1.186,57
Total de Benefícios	R\$	11.865,69
Benefício Proporcional		
Quantidade		18
Idade média		71,30
Benefício médio	R\$	2.689,63
Total de Benefícios	R\$	48.413,30

2

ASSISTIDOS		
Benefício		Pensão
Quantidade		21
Idade média		67,79
Benefício médio	R\$	2.271,84
Total de Benefícios	R\$	47.708,74

1.4 DAS HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

As Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016** foram submetidas a Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras, na forma que preconiza a legislação em vigor, considerando, ainda, a manifestação fundamentada das patrocinadoras no que se refere àquelas que guardam relação com suas atividades econômicas, sendo que a Diretoria e Conselho Deliberativo da ELETRA definiram formalmente a aplicação das seguintes Hipóteses, consubstanciadas em opinamento técnico atuarial:

PLANO CNPB	PLANO ELETRA 01 1980.0023-47	Avaliação Atuarial 2015	Avaliação Atuarial 2016
		Hipóteses	Hipóteses
Fator de Capacidade dos Salários		100,00%	Não Aplicável
Fator de Capacidade dos Benefícios		96,95%	96,95%
Composição Familiar			
Altos		Real	Não Aplicável
Aposentados		Real	Real
Crescimento Real de salários		Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade		Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa Real Anual de Juros		5,65%	5,65%
Tábua de Entrada em Invalidez		Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade de Inválidos		MI 85 M&F	MI 85 M&F
Tábua de Mortalidade Geral		AT 2000 M Suavizada 10%	AT 2000 M Basic
Índice de Atualização dos Benefícios		INPC	INPC

Consoante ao quadro supra destacado, descrevemos a seguir as alterações de Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas nesta **Avaliação Atuarial**, comparativamente à Avaliação Atuarial do exercício anterior:

- Aplicação da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 M Basic, em substituição à Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 M Suavizada em 10%, fundamentada, especificamente, por Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, devidamente aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da ELETRA;

3

- b) Desconsideração das Hipóteses de Fator de Capacidade dos Salários e Composição Familiar de Ativos, em face do Plano não possuir participantes na data base de cálculo.

2 DO GRUPO DE CUSTEIO

2.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Devido ao fato do **Plano ELETRA 01** não possuir participantes na data base de cálculo, bem como o fato do mesmo estar em extinção, não há custos atuariais normais ou suplementares no período de capitalização.

2.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas dimensionadas em **31 de dezembro de 2016**, no montante de **R\$79.750.887,05**, comparativamente àquelas de **31 de dezembro de 2015**, que perfizeram **R\$77.708.647,53**, representaram uma variação de aproximadamente **2,63%**, influenciada fundamentalmente pelo ambiente inflacionário no período e amenizada, pela alteração da Hipótese Biométrica de Tábua de Mortalidade Geral, que passou a considerar a **AT-2000 M Basic**, independente do sexo do participante/assistido; além de registros de mortes de aposentados com e sem reversão dos respectivos benefícios em pensão por morte.

2.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Considerando a modalidade a qual está estruturada o **Plano ELETRA 01**, qual seja Benefício Definido - BD, bem como o fato do Plano estar em extinção, o risco atuarial recai sobre a não aderência de Hipóteses Biométricas, Demográficas e não convergência de Hipóteses Econômicas e Financeiras, bem como inadequação do ritmo de capitalização, dado pelo regime de financiamento.

Para mitigar esses riscos, as Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016** foram submetidas a Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras, como preconiza a legislação em vigor e à luz das boas práticas de gestão do risco atuarial, sendo que os Estudos são atualizados anualmente, de acordo com as características populacionais do Plano e dispositivos regulamentares.

Além disso, a gestão atuarial continuada do **Plano ELETRA 01**, considera o acompanhamento proativo das provisões matemáticas e respectivos resultados, por meio de processamento atuarial mensal, na forma de avaliação (cálculo), consubstanciado nos dados cadastrais e informações financeiras disponibilizadas pela Entidade, mês a mês, as quais são submetidas, previamente, a análises técnicas de consistências, o que permite captar as atualizações cadastrais no momento de sua ocorrência e, por conseguinte, os reflexos nas obrigações atuariais do Plano, sendo que os valores são registrados adequadamente nos balancetes mensais.

2.4 SOLUÇÃO PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O Plano **ELETRA 01** auferiu Déficit Técnico de **R\$2.510.547,40**, antes do Ajuste de Precificação, sendo que considerando o Ajuste de **R\$996.105,51**, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de **R\$1.514.441,89**. Este valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em **R\$4.083.245,42**. Portanto, não há necessidade de Plano de Equacionamento, devendo os resultados serem constantemente monitorados.

3 DO PLANO DE BENEFÍCIOS

3.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral dos participantes, assistidos e respectivos dependentes observam *layout* previamente estabelecido pela Entidade, que considera as especificidades do **Plano ELETRA 01**.

Desta forma, a base cadastral, posicionada em **31 de dezembro de 2016**, foi submetida a análises e testes de consistências, sendo que, após certificações da Entidade, foram consideradas válidas e habilitadas para fins de **Avaliação Atuarial Anual**.

3.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na data base de **31 de dezembro de 2016**, o Plano **ELETRA 01** não apresentava Fundos Previdenciais, motivo pelo qual não apresentou constituições ou reversões.

3.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Cotejando o Patrimônio Líquido de Cobertura do Plano em **31 de dezembro de 2016**, no montante de R\$77.240.339,65 com as Provisões Matemáticas, no mesmo período, de R\$79.750.887,05, o Plano **ELETRA 01** registrou Déficit Técnico de R\$2.510.547,40, registrado no balancete do Plano.

Não obstante, considerando o Ajuste de Precificação, do que prevê a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 e a Portaria Previc nº 29, de janeiro de 2017, no patamar de R\$996.105,51, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$1.514.441,89, como registrado no demonstrativo de Equilíbrio Técnico Ajustado do encerramento do exercício. Este valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$4.083.245,42.

Este resultado ajustado, comparativamente aquele de 31 de dezembro de 2015, Superávit Técnico Ajustado de R\$404.628,06, representou uma variação desfavorável de -474,28%, influenciada, de forma majoritária, pelo não atingimento da Meta Atuarial, cuja rentabilidade tivera o concurso do provisionamento de perdas com investimentos no valor de R\$1.357.714,84.

3.4 NATUREZA DO RESULTADO

Consoante aos resultados apurados nesta **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016**, qual fora influenciado pelo ambiente inflacionário, provisionamento de

perdas com investimentos, abrandado pela alteração da Hipótese Biométrica de Tábua de Mortalidade Geral, pode-se inferir que a natureza do resultado é conjuntural, devendo ser monitorado.

3.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

O Plano **ELETRA 01** auferiu Déficit Técnico de R\$2.510.547,40, antes do Ajuste de Precificação, sendo que considerando o Ajuste de R\$996.105,51, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$1.514.441,89.

Este valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$4.083.245,42.

Portanto, não há necessidade de Plano de Equacionamento, devendo os resultados serem constantemente monitorados.

3.6 ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Para o financiamento dos benefícios programados e não programados (de risco) assegurados pelo Plano **ELETRA 01**, adota-se o Regime Financeiro de Capitalização e o Método de Financiamento Idade de Entrada, com exceção do Auxílio-Doença e Pecúlio Especial, que se adota o Regime de Repartição Simples.

Cabe ressaltar que o Pecúlio Especial foi um benefício transitório, não sendo mais aplicável ao Plano, uma vez que não há Participantes elegíveis a este, além do que, também, não há participantes inscritos no Plano na data base de cálculo, sendo que o mesmo está fechado para novas adesões.

Ante o exposto, o Regime Financeiro e o Método de Financiamento aplicados na **Avaliação Atuarial Anual** estão aderentes à legislação previdenciária vigente, em especial a Resolução MPS/CGPC 18, de 28 de março de 2006 e suas atualizações, representando ritmo de capitalização tecnicamente condizente com as obrigações previstas.

3.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

A seguir descrevemos outros Fatores Relevantes pertinentes à **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016**:

- a) Para fins de **Avaliação Atuarial Anual**, a WEDAN considerou os valores de ativos patrimoniais apurados e contabilizados pela Entidade, os quais não foram objeto de auditoria financeira por parte desta Consultoria;
- b) Os ativos patrimoniais foram submetidos ao Ajuste de Precificação, do que prevê a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 e a Portaria Previc nº 29, de janeiro de 2017, no valor de R\$996.105,51, apurado no exercício de 2016, restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços, mantidos pelo Plano de Benefícios e informados pela Entidade, sem prejuízo da capacidade financeira e liquidez do Plano, conforme demonstrado em Fluxo Atuarial.
- c) O Plano **ELETRA 01** registra no seu ativo patrimonial Contribuições Contratadas de R\$9.434.155,14, sendo atribuído ao Serviço Passado o montante de R\$4.292.540,60 e Outras Finalidades (Contratações) R\$5.141.614,54, todos sob a responsabilidade das Patrocinadoras;
- d) Em atendimento à Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a **ELETRA** apropriou, no exercício de 2016, o valor de R\$1.357.714,84 no Plano **ELETRA 01**, em Provisão para Devedores Duvidosos - PDD dos investimentos realizados em novembro de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo.
- e) As Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na **Avaliação Atuarial Anual do encerramento do exercício de 2016** foram submetidas a Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras, na forma que preconiza a legislação em vigor, considerando, ainda, a manifestação fundamentada das patrocinadoras no que se refere às Hipóteses que guardam relação com suas atividades econômicas, sendo que a Diretoria e Conselho Deliberativo da **ELETRA** definiram as seguintes alterações

(comparativamente a Avaliação Atuarial de 2015), consubstanciadas em opinamento técnico atuarial:

- i. Aplicação da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 M Basic, independente do sexo dos participantes/assistidos, que demonstrou forte aderência à massa populacional do Plano (relação entre o Esperado e o Observado) e critérios técnicos adotados nos Estudo de Aderência, resultando em melhor estimativa; e
 - ii. Desconsideração das hipóteses de Fator de Capacidade dos Salários e Composição Familiar de Ativos, em face do Plano não possuir participantes na data base de cálculo.
- f) A rentabilidade patrimonial auferida no **Plano ELETRA 01** no período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 foi de 9,20%, que comparativamente a Meta Atuarial do Plano, no mesmo período, atingiu 12,60%, perfeitamente uma perda atuarial de 3,02%, impulsionada de forma representativa pelo provisionamento de perdas com investimentos e ambiente inflacionário.

4 DO PLANO ANUAL DE CUSTEIO

Em face da presente **Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2016** e considerando, sobretudo, os dispositivos regulamentares do Plano **ELETRA 01**, apresentamos a seguir o **Plano Anual de Custeio a vigor a partir de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2018**:

Categoria	Faixa Salarial	Percentual	Base de Incidência
Assistidos	Não Aplicável	3,52%	Benefício em percepção

(*) Custeio Administrativo: 15% das contribuições de Participantes, Patrocinadoras e Assistidos.

Cumpramos destacar que o presente **Plano Anual de Custeio** deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da **ELETRA**, consoante à legislação previdenciária aplicável.

5 DA CONCLUSÃO TÉCNICA

As Hipóteses e Premissas atuariais, bem como a metodologia técnica, empregadas para fins desta **Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016** estão em estrita obediência à legislação previdenciária em vigor, sendo que os resultados estão consubstanciados na conjugação dessas com os dados e informações previamente disponibilizadas pela **ELETRA**.

Consoante à análise técnica atuarial acerca dos resultados apurados, conclui-se que o **Plano ELETRA 01** auferiu Déficit Técnico de R\$2.510.547,40 registrado no balancete contábil de **31 de dezembro de 2016**.

Todavia, com o concurso do Ajuste de Precificação, do que prevê a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015 e a Portaria Previc nº 29, de janeiro de 2017, no montante de R\$996.105,51, o Plano encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico Ajustado de R\$1.514.441,89, registrado no demonstrativo de Equilíbrio Técnico Ajustado do encerramento de exercício.

No entanto, o valor é inferior ao limite de Déficit permitido pela legislação em vigor, calculado em R\$4.083.245,42.

Portanto, na data base de cálculo, não há necessidade de Plano de Equacionamento, devendo os resultados serem constantemente monitorados.

Considerando que o **Plano ELETRA 01** apresenta alto grau de maturidade e massa populacional remanescente diminuta (retração de solidariedade), sem pacto geracional (em face da sua extinção), estando estruturado integralmente na modalidade de Benefício Definido – BD, recomendamos a **ELETRA** estudar a aplicação de estratégias previdenciárias, visando a minimização de riscos atuariais e financeiros que, na hipótese de ocorrência, poderá comprometer sua solvência.

Adicionalmente, cumpre destacar que os Ativos patrimoniais, respectivos apreamentos informados pela **ELETRA** não foram alvo de auditoria.

Por fim, enfatizamos que os entendimentos e conclusões contidos neste Parecer restringem-se sob o âmbito **técnico atuarial** e fundamentam-se nos dados, documentos e informações disponibilizados pela ELETRA, legislação de previdência complementar, bem como nas melhores práticas de mercado e na boa técnica atuarial.

Este é nosso Parecer Técnico Atuarial.

Goiânia, 25 de janeiro de 2017.

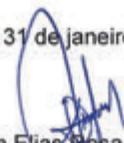


Daniel Pereira da Silva
Atuário MIBA 1146
Sócio-Diretor
WEDAN CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL LTDA. CIBA 145

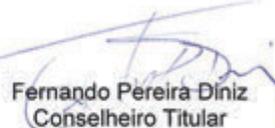
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em consonância com o artigo 41, inciso II, do Estatuto da ELETRA – Fundação Celg de Seguros e Previdência e em atendimento às Normas Gerais, item 17, letra “j”, da Resolução do CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011 e as alterações introduzidas pela Resolução do CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013, com base na análise efetuada das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2016, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pelo Atuário, Sr. Daniel Pereira da Silva, sócio proprietário da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, responsável técnico pelos Planos de Benefícios administrados pela entidade, bem como pelo Parecer do Auditor Independente, emitido pela Bravo’s Auditores Independentes S/S - EPP, nós, membros do Conselho Fiscal, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2016, sem ressalvas.

Goiânia, 31 de janeiro de 2017.



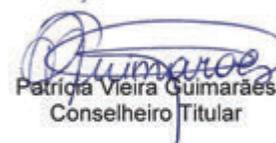
Gerson Elias Rosa da Silva
Presidente



Fernando Pereira Diniz
Conselheiro Titular



Daniel Lopes de Oliveira
Conselheiro Suplente



Patrícia Vieira Guimarães
Conselheiro Titular



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

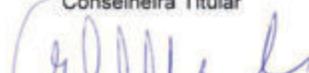
Em consonância com o artigo 18, inciso XII, do Estatuto da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** e em atendimento às Normas Gerais, item 17, letra "k", da Resolução do CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2016, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pelo Atuário, Sr. Daniel Pereira da Silva, sócio proprietário da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, responsável técnico pelos Planos de Benefícios administrados pela entidade, bem como pelo Parecer do Auditor Independente, emitido pela Bravo's Auditores Independentes S/S - EPP, e ainda, pelo Parecer do Conselho Fiscal, nós membros do Conselho Deliberativo, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2016, sem ressalvas.

Goiânia, 31 de janeiro de 2017.

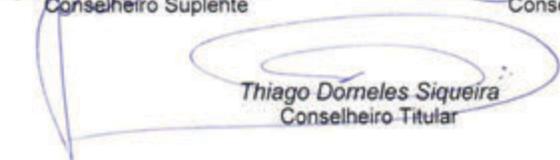

Sérgio dos Santos Júnior
Presidente


Daniela Marília da Silva
Conselheira Titular


Eduardo José dos Santos
Conselheiro Titular


Geraldo Almeida Silva
Conselheiro Suplente


Raimundo Nonato Lacerda Júnior
Conselheiro Titular


Thiago Dorneles Siqueira
Conselheiro Titular

DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHOS

Conselho Deliberativo

Presidente: Eduardo José dos Santos

Titulares: Daniela Marília da Silva
Thaís Costa Naves
Carlos Eduardo Ferreira de Freitas
Raimundo Nonato Lacerda Júnior
Thiago Dorneles Siqueira

Suplentes: Daniel Augusto Ribeiro
Márcio Leonel Silva Miguel
Eduardo Vito
Antônio Márcio Oliveira Galvão
José Carlos Zoccoli
Nairon José Correia Guimarães

Conselho Fiscal

Presidente: Adriano Faria Garcia

Titulares: Patrícia Vieira Guimarães
Evandro Alves do Couto
Roberta de Medeiros Silva

Suplentes: Ramon Ricardo Aureliano Dal Castel
Salomão Pacini Filgueira
Daniel Lopes de Oliveira
Renata Cardoso de Mattos

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Luiz Humberto Urzedo de Queiroz

Diretor Adm./Financeiro: Wisley Silva Pimenta

Diretor de Benefícios: Antonio Ribeiro Cardoso

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Titulares: Wisley Silva Pimenta (Coordenador)

André Luís Sales da Silva
Carlos Antonio Brito dos Santos
Maria de Fátima Gomes Xavier
Mário Zeidler Machado Milhomem
Vanderley Silva de Jesus



Onde estamos:
Avenida C, Quadra A-26, Lote 11,
nº 576, Jardim Goiás
CEP 74.805-070 Goiânia - GO

Telefone:
(62) 3236-9600

E-mail:
eletra@eletra.org.br